

ATA N.º 08/2026

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2026

Aos quinze dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, pelas quinze horas e dez minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Afonso Jorge da Silva Brandão, José Carlos Matias de Sousa, Roberto José Lopes Cortegano, José Paulo Barão Garcia, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Fernanda Manuela Almeida Pésinho e Maria Joaquim Bonacho Antunes

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara Municipal é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – Aceitação de doação da Antsom Farm

PONTO 2 – Atribuição de apoio financeiro, no âmbito das Comemorações do Dia Municipal do Bombeiro 2026

PONTO 3 – Prestação de Contas 2025

PONTO 4 – 2.ª alteração permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2026-2030

PONTO 5 – Autorização para abertura de procedimentos concursais comuns para constituição de relações de emprego público por tempo indeterminado

PONTO 6 – Atribuição de apoios não financeiros a entidades sindicais - ratificação

PONTO 7 – Protocolo de cooperação entre a S. Energia, a ENA e a Câmara Municipal de Palmela para a implementação da Medida Eficiência H2O no âmbito do PPEC 2020-2021 (7.ª edição) da ERSE

PONTO 8 – Preço de Venda das Atas sobre Ordens Militares

PONTO 9 – Atribuição de apoios não financeiros ao movimento associativo cultural, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo – ratificação

PONTO 10 – Atribuição de apoios não financeiros ao movimento associativo cultural, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo

PONTO 11 – Atribuição de apoios não financeiros ao movimento associativo cultura, desportivo e juvenil, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo

PONTO 12 – Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Palmela e o Judo Clube de Pinhal Novo

PONTO 13 – Atribuição de apoios não financeiros às Associações/Escolas/IPSS, no âmbito dos Regulamentos Municipais de Apoio ao Associativismo e aos Projetos Socioeducativos

PONTO 14 – Carta Educativa do Concelho de Palmela 2025/2035

PONTO 15 – Atribuição de apoio financeiro às Associações da área da social e da saúde, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Atos praticados por (sub)delegação de competências – Em matéria de processos do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico:

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 1, dos atos praticados pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, no âmbito do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico, no período compreendido entre 01/04/2026 a 14/04/2026.

Atos praticados por delegação e (sub)delegação de competências – Em matéria do Departamento de Obras, Logística e Manutenção:

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos atos praticados pelo Sr. Vereador José Carlos Sousa e pela Diretora do Departamento, Dra. Teresa Palaio Pereira no âmbito do Departamento de Obras, Logística e Manutenção, no período compreendido entre 31/03/2026 a 13/04/2026.

Atos praticados por (sub)delegação de competências – Em matéria do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos e Departamento de Administração Urbanística:

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos atos praticados pelo Sr. Vereador Paulo Garcia, no âmbito do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos e do Departamento de Administração Urbanística, no período compreendido entre 01/04/2026 a 14/04/2026.

Atos praticados por delegação de competências - No âmbito do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos / Divisão de Atendimento e Administração Geral - Secção de Licenciamentos:

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 4, dos atos praticados pelo Diretor de Departamento, Dr. Paulo Pacheco, no âmbito do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, da Divisão de Atendimento e Administração Geral – Secção de Licenciamentos, no período compreendido entre 01/04/2026 a 14/04/2026.

Contabilidade

Pagamentos autorizados

A **Sra. Presidente** dá conhecimento à Câmara Municipal que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 01/04/2026 a 14/04/2026, no valor de 2.824.109,59 € (dois milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, cento e nove euros e cinquenta e nove cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 5.

Tesouraria

Balancete

A **Sra. Presidente** informa que o balancete do dia 15/04//2026, apresenta um saldo de 18.044.113,68 € (dezoito milhões, quarenta e quatro mil, cento e treze euros e sessenta e oito cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 14.897.093,00 € (quatorze milhões, oitocentos e noventa e sete mil e noventa e três euros);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 3.147.020.68 € (três milhões, cento e quarenta e sete mil, vinte euros e sessenta e oito cêntimos).

Relação Contratos em Regime de Avença

Foi apresentada relação de contratos de prestação de serviços, em regime de avença, celebrados, no período compreendido entre 01/03/2026 a 31/03/2026, ao abrigo da autorização genérica de dispensa de parecer prévio favorável do órgão executivo, com indicação dos respetivos valores de adjudicação, adjudicatárias/os e cabimento orçamental, em cumprimento da deliberação tomada em reunião de Câmara realizada em 5 de fevereiro de 2026 (anexo a esta ata como o documento n.º 6).

A **Sra. Presidente** coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

. **Voto de Pesar** (Artur Jorge Pinho Duarte) - dos/as Eleitos/as do CHEGA.

Aprovada, por unanimidade, a admissão do voto de pesar no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (25 de abril e 1.º de maio) – dos eleitos da CDU

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Abril recorda-se. Cumpre-se. Constrói-se) – dos eleitos do PS

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia

. **Saudação** (Beatriz Mendes) – dos eleitos da CDU

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia

. **Saudação** (Leonor Parente) – dos eleitos da CDU

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia

. **Saudação** (1.º de maio – Dia do Trabalhador – Trabalho com direitos, democracia de futuro) – dos eleitos do PS

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia

A **Sra. Vereadora Maria Joaquim** cumprimenta todos os presentes e apresenta o voto de pesar que se transcreve.

. **Voto de Pesar** (Artur Jorge Pinho Duarte) – dos/as Eleitos/as do CHEGA.

«O Partido CHEGA, representado na Câmara Municipal de Palmela, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Artur Jorge Pinhal Duarte, vítima de doença, falecido precocemente.

Artur Duarte veio, por mobilidade, em 2022, prestar serviço nesta autarquia, demonstrou desde o primeiro momento um elevado sentido de dever, através da sua dedicação e profissionalismo no exercício das suas funções ao serviço da comunidade.

Considerando que a sua ação e legado, pautados pelo empenho e pela forma digna com que desempenhou as suas responsabilidades, deixaram uma marca indelével, que contribuiriam para

o bom funcionamento dos serviços municipais e para o apoio à população do concelho de Palmela.

A sua partida constitui uma perda para o município e para todos aqueles com ele tiveram o privilégio de trabalhar e conviver.

Neste momento o partido CHEGA endereça à sua família enlutada, amigos e colegas, as mais sentidas condolências e a mais sincera solidariedade neste momento de dor.

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal de Palmela:

1. Aprove o presente Voto de Pesar pelo falecimento de Artur Duarte;
2. Dê conhecimento do presente voto à respetiva família.»

Submetido a votação o Voto de Pesar (Artur Jorge Pinho Duarte) – dos/as Eleitos/as do CHEGA, foi o mesmo aprovado, por unanimidade. Aprovado em minuta.

A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho cumprimenta todos os presentes e apresenta as saudações que se transcrevem:

. Saudação (Beatriz Mendes) – dos/as Eleitos/as da CDU

«A ginasta Beatriz Mendes, residente em Pinhal Novo, conquistou a medalha de bronze por equipas, ao classificar-se em terceiro lugar da final de duplo minitrampolim por equipas seniores femininas, no 30.º Campeonato da Europa de Trampolins, que se realizou entre os dias 8 e 12 de abril de 2026, em Portimão.

Reunida a 15 de abril de 2026, a Câmara Municipal de Palmela saúda a ginasta pinhalnovense Beatriz Mendes, pela medalha alcançada e faz votos de sucessos continuados para a sua carreira desportiva, dignificando o Concelho de Palmela e a modalidade.»

. Saudação (Leonor Parente) – dos/as Eleitos/as da CDU

«Leonor Parente, nadadora da Palmela Desporto, EM, sagrou-se Campeã Nacional Sub21 de natação, nas provas de 50m bruços e 100m bruços, no Campeonato Nacional de Juniores, Sub21 e Absolutos – Open de Portugal, que decorreu entre os dias 28 e 31 de março, em Coimbra.

Para além dos dois títulos nacionais, a nadadora sagrou-se ainda Vice-Campeã Nacional no escalão Absoluto nos 50m bruços, prova em que alcançou a 5.ª melhor marca de sempre e classificou-se em 3.º lugar Absoluto na prova de 100m bruços e 3.º lugar Sub21 nos 50m livres e 200m estilos. Leonor Parente foi agraciada com a Medalha Municipal de Mérito Grau Cobre em 2022 e Mérito Grau Prata em 2024.

Reunida a 15 de abril de 2026, a Câmara Municipal de Palmela saúda a nadadora Leonor Parente pelos títulos nacionais e pódios alcançados e faz votos de sucessos continuados para a sua carreira desportiva, dignificando o Concelho de Palmela, o seu clube e a modalidade.»

Submetida a votação a Saudação (Beatriz Mendes), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovada em minuta.

Submetida a votação a Saudação (Leonor Parente), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovada em minuta.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** cumprimenta todos os presentes e apresenta a saudação que se transcreve.

. **Saudação** (Abril recorda-se. Cumpre-se. Constrói-se) – pelos Eleitos do PS

«Celebrar o 25 de Abril em Palmela é mais do que evocar um momento fundador da nossa história coletiva. É reconhecer que a liberdade conquistada em 1974 continua a viver no quotidiano do concelho, de freguesia a freguesia, na força das associações, na vitalidade do tecido económico e na participação ativa dos cidadãos.

Celebrar o 25 de Abril em Palmela é afirmar que a liberdade não é apenas um legado — é uma responsabilidade diária. Uma responsabilidade que se mede, sobretudo, pela forma como cuidamos das pessoas, como garantimos os seus direitos e como promovemos uma sociedade mais justa, mais igual e mais solidária.

Mais de meio século depois da Revolução dos Cravos, afirmamos com convicção que abril permanece atual. Sente-se na escola pública que forma gerações, no Serviço Nacional de Saúde que protege as famílias, no poder local democrático que aproxima decisões das pessoas e na construção contínua de uma sociedade mais justa, mais coesa e mais solidária.

Celebrar o 25 de Abril em 2026 exige lucidez. Vivemos um tempo de novos desafios, onde o acesso à habitação se tornou uma das principais preocupações das famílias, onde a necessidade de conciliar crescimento económico com sustentabilidade ambiental se impõe com urgência e onde a transição digital e energética exige respostas públicas eficazes, inclusivas e orientadas para o bem comum. Em territórios como Palmela, com forte pressão urbanística e simultaneamente com uma identidade rural e ambiental a preservar, estes desafios ganham uma expressão particularmente exigente.

Não podemos ignorar que persistem desigualdades no acesso aos cuidados de saúde, dificuldades no acompanhamento de proximidade, carências ao nível da saúde mental e desafios na fixação de profissionais ao território. A saúde, enquanto direito fundamental consagrado, continua a exigir investimento, articulação e inovação. Temos feito propostas.

Mas Abril exige-nos mais. Promove um compromisso firme com os direitos e com a igualdade.

Subsistem desigualdades de género, discriminações sociais e barreiras no acesso a oportunidades. É essencial reafirmar que a democracia só se cumpre plenamente quando alcança todos. Quando cada pessoa — independentemente da sua condição económica, idade, género ou origem — encontra respostas equitativas, dignas e acessíveis.

Em Palmela, esse desafio ganha expressão concreta. Num território diverso, com realidades distintas entre freguesias, torna-se essencial garantir coesão social, acesso equilibrado a serviços públicos, respostas eficazes na área social e políticas que promovam inclusão, autonomia e qualidade de vida.

Celebrar Abril, é reforçar o compromisso com um Estado social forte, capaz de proteger, incluir e promover igualdade de oportunidades.

Celebrar Abril é, igualmente, convocar à participação. Numa altura em que as democracias enfrentam riscos de afastamento e desconfiança, é fundamental reforçar a escuta e o envolvimento cívico, promover a transparência e garantir que os cidadãos se sentem parte das decisões que impactam a sua vida. As novas gerações, em particular, devem ser chamadas a este exercício de construção coletiva, garantindo que o legado de abril não é apenas herdado, mas continuamente renovado.

Hoje, em Palmela, afirmamos que a liberdade conquistada em abril trouxe vidas mais dignas e direitos efetivos.

Nem tudo está construído, mas abril não se esgota na memória — concretiza-se na ação. Esta mede-se na capacidade de cuidar, incluir e garantir futuro.

É esse o compromisso que hoje renovamos: continuar a construir um concelho mais justo, mais saudável e mais igual, onde cada pessoa conta e onde ninguém é deixado para trás.

Abril vive em Palmela. E viverá enquanto houver coragem para cumprir o que ainda falta fazer.»

Sobre a Saudação (Abril recorda-se. Cumpre-se. Constrói-se), intervém:

O **Sr. Vereador Afonso Brandão** cumprimenta todos os presentes e menciona que os eleitos do CHEGA também comemoram o 25 de abril mas de uma forma diferente, pelo que não podem votar a favor da instrumentalização que a esquerda, ao longo dos anos, dá ao 25 de abril. Refere que, na realidade, fala-se só de uma parte da história, quando todos sabem, embora exista quem não queira aceitar, que o 25 de novembro do ano seguinte, foi aquele que consolidou e fez com que a liberdade se pudesse propagar em Portugal. Neste sentido, informa que não vão acompanhar a votação das propostas, porque sentem que não celebram toda a verdade da história, que não pode ser alterada. Termina referindo que o voto do CHEGA, e para não se estar a repetir na proposta seguinte, será de não acompanhar as propostas até que Palmela não respeite a realidade histórica de Portugal e que não cumpra também a palavra do 25 de novembro.

Submetida a votação da Saudação (Abril recorda-se. Cumpre-se. Constrói-se), foi a mesma aprovada, por maioria com os votos a favor dos eleitos da CDU, PS e PSD e os votos contra dos eleitos do CHEGA. Aprovado em minuta.

A **Sra. Presidente** apresenta a saudação que se transcreve.

. **Saudação** (25 de abril de 1974 e 1.º de maio) – pelos/as Eleitos/as da CDU

«Ao assinalarmos o 52.º aniversário do 25 de Abril de 1974 e o 1.º de Maio, celebramos momentos fundadores da democracia portuguesa e da afirmação dos direitos, das liberdades e das garantias que transformaram profundamente o País. O 25 de Abril abriu caminho à liberdade, à participação popular, ao fim da ditadura fascista e à construção de um regime democrático assente numa Constituição progressista, que consagra direitos fundamentais e coloca a dignidade humana, a igualdade, a justiça social e a paz no centro da vida coletiva.

As conquistas de Abril não foram dádivas concedidas, mas sim resultado da luta, da coragem e da persistência do povo português, em particular das trabalhadoras e dos trabalhadores, que com a sua mobilização e intervenção deram conteúdo real à democracia. Foi essa luta que permitiu erguer conquistas essenciais como a escola pública, o Serviço Nacional de Saúde, a segurança social, o direito à habitação, o Poder Local Democrático e o reconhecimento do trabalho com direitos como base de uma sociedade mais justa.

O 1.º de Maio é, por isso, muito mais do que uma data comemorativa. É o dia em que se presta homenagem à luta histórica das trabalhadoras e dos trabalhadores por melhores salários, horários justos, estabilidade no emprego, direitos laborais, dignidade nas condições de trabalho e valorização social de quem produz a riqueza do País. É também um dia de afirmação da importância do trabalho com direitos na construção de uma sociedade mais equilibrada e mais humana, e de denúncia das injustiças que persistem no mundo laboral, da precariedade à desregulação, dos baixos salários à desvalorização das carreiras. Celebrar o 1.º de Maio é reafirmar que sem justiça no trabalho não há verdadeira democracia, e que os direitos conquistados devem ser defendidos, aprofundados e alargados para as gerações presentes e futuras.

Ao longo destes mais de cinquenta anos, o Poder Local Democrático tem sido uma das expressões mais vivas e transformadoras de Abril. As autarquias, pela sua proximidade às populações, pela capacidade de resposta e pelo conhecimento concreto dos territórios, têm desempenhado um papel decisivo na melhoria das condições de vida, na valorização das comunidades e na promoção do desenvolvimento local. A confiança que as populações depositam nas autarquias confirma essa centralidade e demonstra o valor de um poder público de proximidade, participativo e enraizado no território.

Contudo, as conquistas de Abril continuam a enfrentar ameaças sérias. Num contexto marcado pelo agravamento das desigualdades, pela precariedade laboral, pela crise da habitação, pelo

aumento do custo de vida, pela fragilização dos serviços públicos e pelo crescimento de discursos antidemocráticos, xenófobos, racistas e extremistas, torna-se ainda mais urgente defender e aprofundar os valores de Abril. A democracia não se preserva por inércia; defende-se todos os dias, com participação, com justiça social, com investimento público e com a valorização dos direitos de quem trabalha e de quem vive nos territórios.

Também por isso, é fundamental reforçar o papel do Estado nas suas funções sociais e garantir políticas públicas capazes de responder aos problemas concretos das pessoas. Combater a pobreza, valorizar salários e carreiras, assegurar habitação acessível, reforçar a educação, a saúde, a cultura e a ciência, e respeitar a autonomia do Poder Local são condições indispensáveis para que a democracia se renove e se aproxime das aspirações das populações. Não basta celebrar Abril; é preciso continuar a cumprir Abril.

Reunida a 15 de abril de 2026, a Câmara Municipal de Palmela saúda o 52.º aniversário do 25 de Abril e o 1.º de Maio, valorizando todas as Conquistas e Valores de Abril, o Trabalho com Direitos, a Constituição da República Portuguesa e o Poder Local Democrático. O programa "Obrigado Abril", promovido ao longo do ano pelo Município, pelas Juntas de Freguesia e pelo Movimento Associativo local, constitui uma oportunidade maior para celebrar a memória, reforçar a cidadania ativa e renovar o compromisso com a Democracia, a Justiça Social e a Paz. Viva o 25 de Abril de 1974!

Viva o 1.º de Maio, as trabalhadoras e os trabalhadores!

Viva a Constituição da República Portuguesa!»

Submetida a votação da Saudação (25 de abril e 1.º de maio), foi a mesma aprovada, por maioria com os votos a favor dos eleitos da CDU, PS e PSD e os votos contra dos eleitos do CHEGA. Aprovada em minuta.

O **Sr. Vereador José Carlos Sousa** cumprimenta todos os presentes e apresenta a saudação que se transcreve.

. Saudação (1.º de maio – Dia do Trabalhador – Trabalho com direitos, democracia de futuro) – pelos Eleitos do PS

«O 1.º de Maio, Dia do Trabalhador, constitui uma data de profunda relevância histórica e simbólica, celebrada em todo o mundo como expressão da luta pelos direitos laborais, pela dignidade no trabalho e por uma sociedade mais justa e solidária.

É uma data da nossa democracia, celebrada com orgulho e reconhecimento por todos aqueles que, com o seu trabalho diário, constroem uma sociedade mais justa, solidária e desenvolvida.

Mais do que um momento de evocação histórica, o 1.º de Maio é, acima de tudo, um dia de celebração das conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras, alcançadas através da sua determinação, do seu empenho coletivo e da ação das suas estruturas representativas. É um

dia de homenagem à dignidade do trabalho e ao valor insubstituível de quem, todos os dias, contribui para o progresso do país e das nossas comunidades locais.

Assinalando-se, no presente ano, os 50 anos do poder local democrático consagrado com a Constituição da República Portuguesa de 1976, importa sublinhar a profunda ligação entre o reforço dos direitos dos trabalhadores e a construção da democracia local. A Constituição de 1976 consagrou não apenas direitos, liberdades e garantias fundamentais, mas também um modelo de poder local assente na proximidade, na participação e na promoção do bem-estar das populações — valores indissociáveis da valorização do trabalho e de quem trabalha.

Os Vereadores do Partido Socialista na Câmara Municipal associam-se, por isso, de forma empenhada e convicta às comemorações do Dia do Trabalhador, saudando todos os trabalhadores e trabalhadoras do concelho e do país, reconhecendo o seu papel central na construção de uma sociedade mais equilibrada, inclusiva e coesa, bem como no desenvolvimento do poder local democrático.

A celebração do 1.º de Maio deve também ser um momento de reafirmação clara: os direitos dos trabalhadores não podem ser vistos como obstáculos, mas sim como garantias fundamentais de justiça social e de desenvolvimento sustentável.

Qualquer processo de revisão da legislação laboral deve ser pautado pelo diálogo, pela responsabilidade e pelo respeito pelos direitos essenciais conquistados, não podendo colocar em causa princípios fundamentais como a segurança no emprego, a valorização dos salários e o papel estruturante da negociação coletiva.

Assim, os Vereadores do Partido Socialista, reunidos em sessão ordinária da Câmara Municipal de Palmela:

1. Saúdam todos os trabalhadores e trabalhadoras do Município e do País, celebrando o seu contributo indispensável para a vida económica, social e cultural do concelho e do país;
2. Assinalam o 1.º de Maio como um momento de celebração, reconhecimento e valorização do trabalho, enquanto pilar essencial da democracia;
3. Evocam os 50 anos do poder local democrático, reconhecendo o seu papel na promoção da coesão social, do desenvolvimento e da melhoria das condições de vida das populações;
4. Reafirmam a importância da defesa e reforço dos direitos laborais, especialmente num contexto internacional exigente e incerto;
5. Sublinham a necessidade de garantir que qualquer alteração à legislação laboral respeite e valorize os direitos fundamentais dos trabalhadores, promovendo o diálogo social e a justiça nas relações de trabalho.»

Sobre a Saudação (1.º de maio – Dia do Trabalhador – Trabalho com direitos, democracia de futuro), intervêm:

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** cumprimenta todos os presentes e refere que, não tendo trazido nenhuma saudação formal, deixa registado a sua saudação, quer ao 25 de abril, quer ao 1.º de maio. Transmite que assinalam, com profundo respeito, os 52 anos do 25 de abril, pois é o momento que inicia o caminho para a liberdade e para a democracia. Considera ser muito importante que, consoante os anos vão passando, não deixem de assinalar e festejar esta data. Observa que, passados 52 anos, a maior parte da população já nasceu depois de 1974, pelo que é importante que não se deixe que os mais jovens se esqueçam e valorizem o quanto custou a liberdade e o viver em democracia, para que continuem a lutar e nunca a tenham como um dado adquirido.

Considera também que celebrar o 25 de abril é alegar, com lucidez, para o período que se seguiu, o pós-revolução, que foi um tempo de muitas incertezas, muitas instabilidades e excessos, que colocaram à prova o futuro de Portugal. Lembra que, entre 1974 e 1976, o país viveu momentos decisivos onde foi necessário garantir que a liberdade não fosse substituída por novas formas de radicalismo ou desordem, tendo sido nesse contexto que se afirmou a importância de se consolidar uma democracia plural, representativa e equilibrada, assente no respeito pelas instituições, na economia aberta, na integração europeia, que veio a marcar o caminho de Portugal. Dá nota que para o Partido Social Democrata o espírito de abril cumpre-se não apenas na conquista da liberdade, mas também na sua consolidação responsável, na estabilidade política, no crescimento económico e na criação de oportunidades reais para todos os portugueses. Transmite que, hoje, mais do que recordar, afirmam o compromisso de defender uma democracia madura, reformista e voltada para o futuro.

Relativamente ao 1.º de maio, que também saúda, refere que se trata de uma data de luta e de memória. Considera de luta por salários dignos, por melhores condições de trabalho, por respeito e justiça social, e de memória por aqueles que nunca desistiram de conquistar direitos, que hoje consideram fundamentais. Demonstra a sua felicidade porque, hoje em dia, em Portugal, muitos dos problemas do que foi a génese do 1.º de maio e que afetavam os trabalhadores no seu tempo, foram sendo ultrapassados com a consolidação da democracia, embora outros desafios diferentes tenham surgindo com a abertura a outros mercados, com a livre circulação, quer de pessoas, quer de bens, num mundo completamente diferente de há décadas a trás, cada vez mais globalizado.

Observa que hoje podem dizer que Portugal atravessa um momento positivo no mercado de trabalho, com uma taxa de desemprego em torno dos 5,6%, uma das mais baixas das últimas décadas e, historicamente, abaixo da média, com o crescimento dos salários com 6,7% em termos reais dos últimos dois anos, o maior crescimento real da OCDE. Menciona que esse resultado reflete a confiança na economia, o dinamismo nas empresas, as políticas que têm sido seguidas para promover o crescimento e a criação de emprego. Nesse sentido,

concordando com a saudação do PS, à qual se junta, acrescenta e sublinha “a necessidade de garantir que qualquer alteração à legislação laboral, respeite e valorize os direitos fundamentais dos trabalhadores, promovendo o diálogo social e a justiça nas relações de trabalho”. Realça que, mais do que palavras, é necessário ter a coragem para o fazer e para formar, sendo isso que o atual governo está a fazer com a proposta de legislação laboral que está atualmente em discussão.

Termina referindo que vivem tempos de desafios, onde é essencial continuar a afirmar o compromisso com um país mais justo, onde o trabalho seja valorizado, com salários mais elevados, maior estabilidade e oportunidade para todos, onde os jovens tenham futuro e ninguém seja deixado para trás.

A **Sra. Vereadora Maria Joaquim** refere que na saudação apresentada pelo Partido Socialista reforçam o esforço de todos os trabalhadores, celebram a dedicação e a coragem de quem ao longo da história lutou por melhores condições de vida e de trabalho. Deseja que o 1.º de maio sirva, não só para conhecer o valor do trabalho, mas também para afirmar a importância da dignidade, da justiça e do respeito por todos.

Submetida a votação da Saudação (1.º de maio – Dia do Trabalhador – Trabalho com direitos, democracia de futuro), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovada em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

. **Campanha do Laço Azul assinala Mês da Prevenção do Maus Tratos na Infância – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** partilha que durante o mês de abril celebra-se o “Mês da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância”.

Refere que em Portugal, esta data é assinalada através da “Campanha do Laço Azul”, promovida em todo o país pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos das Crianças e Jovens, pelas CPCJ, pelos municípios, estabelecimentos de ensino e diversas entidades públicas, privadas e do setor cooperativo.

Transmite que a iniciativa tem como principal objetivo sensibilizar a sociedade para a importância da prevenção dos maus-tratos na infância.

Recorda que o “Movimento Laço Azul” teve origem em 1989, no estado da Virgínia, nos Estados Unidos, a partir da história de Bonnie Finney. Esta avó decidiu colocar uma fita azul na antena do seu carro como forma de expressar a dor perante os trágicos acontecimentos vividos pelos seus netos, vítimas de maus-tratos por parte da mãe (sua filha) e do companheiro desta. A cor azul simbolizava as marcas físicas deixadas nos corpos das crianças, tendo uma delas acabado por não resistir às agressões.

Dá nota que a Câmara Municipal de Palmela se associa, uma vez mais, a esta campanha, assinalando o mês de abril com a iluminação em azul da Biblioteca Municipal de Palmela e com a colocação de fitas azuis nas viaturas municipais.

. **Bandeira de Mérito Social 2026** – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** dá nota que o município de Palmela foi galardoado, pela segunda vez, com a Bandeira de Mérito Social, um reconhecimento atribuído pela Associação Nacional de Gerontologia Social, desde 2022, às iniciativas nacionais que promovem a inclusão e o bem-estar social.

Salienta que este prémio reforça a importância e a visibilidade de projetos que contribuem para a dignidade e qualidade de vida, em particular dos mais idosos.

Refere que esta é uma distinção concedida ao Município pela implementação do Serviço Municipal de Teleassistência, medida que permite contribuir para a autonomia da população sénior, sobretudo a mais vulnerável, diminuindo o isolamento social e facilitando a identificação e encaminhamento de situações de emergência, de forma rápida e eficaz.

Informa que a candidatura do município de Palmela foi uma das 150 premiadas, entre 732 candidaturas.

. **Frederico Serrano Atleta do Ano 2024/2025 – Atletismo** – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** partilha que o atleta Frederico Serrano, residente em Palmela e lançador do Quintajense Futebol Clube, foi galardoado pela Associação de Atletismo de Setúbal como Atleta do Ano, escalão sub16 masculino, referente à época desportiva 2024/2025, na Gala da Associação de Atletismo de Setúbal, que se realizou no passado dia 10 de abril.

. **Campeonato Nacional de Fundo Masters – Natação** – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** partilha que se realizou entre os dias 11 e 12 de abril, em Coimbra, o Campeonato Nacional de Fundo Masters de Natação, no qual participaram dois nadadores da Palmela Desporto, os quais conquistaram três lugares de pódio, com Tiago Neves a sagrar-se Vice-Campeão Nacional, escalão Master D, nos 400m estilos e 3.º classificado nos 800m livres e José Manuel Pereira a ser 3.º classificado, escalão Master G, nos 1.500m livres.

. **Campeonato Nacional de Knock-Out Sprint – Orientação** – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** informa que se realizou no dia 11 de abril, no Entroncamento, o Campeonato Nacional de Knock-Out Sprint de Orientação, no qual participaram treze atletas da Palmela Desporto, destacando-se a participação da atleta Joana Canana que se sagrou Vice-Campeã Nacional.

. Estágio Seleção Nacional de Águas Abertas – Natação – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho dá nota que, integrado na II Concentração de Águas Abertas do Plano de Alto Rendimento e Seleções Nacionais 2026, realizou-se entre os dias 10 e 12 de abril, em Rio Maior, um estágio da seleção nacional de águas abertas, no qual participaram a nadadora Sara Alves e o treinador Rafael Baraona, da Palmela Desporto.

. Comemorações do 25 de Abril 2026 – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho destaca que em 2026 se comemora os 50 anos da Constituição e do Poder Local Democrático, pilares maiores da nossa vida coletiva.

Informa que, nas comemorações dos 52 anos do 25 Abril, o Município de Palmela está a organizar um amplo programa comemorativo baseado num trabalho de parceria entre município, juntas de freguesia, movimento associativo e comunidade educativa, que se pretende consensual e integrador, procurando valorizar o 25 de Abril nas suas variadas dimensões.

Da programação central, destaca os seguintes espetáculos:

No dia 24, Buba Espinho em conjunto com a Orquestra Nova de Guitarras, nos Bombeiros Voluntários de Pinhal Novo, no Centro Comunitário de Águas de Moura, Miguel Moura. No dia 25, na Sociedade de Instrução Musical de Quinta do Anjo, Aldina Duarte. Também no dia 25 o Centro Cultural do Poceirão, recebe a peça de teatro “Monstrengo”, pela Acção Teatral Artimanha. Dia 26 o Cine-Teatro São João recebe Gisela João e volta a receber no dia 03 de maio o artista João Mendonza com a Orquestra Ligeira do Conservatório Regional de Palmela.

Dá nota que do programa fazem ainda parte, concursos, encontros, exposições e iniciativas organizadas por 55 de entidades associativas culturais, desportivas, sociais e escolares, abrangendo todo o território do concelho Palmela.

Refere que programa é acompanhado de uma vasta programação durante todo o ano celebrando o cinquentenário da celebração dos direitos da constituição Livre e dos caminhos do Poder Local Democrático em Portugal.

. Obra de construção do quartel da GNR em Poceirão – O Sr. Vereador José Carlos Sousa dá nota que a obra de construção do quartel da GNR em Poceirão foi visitada, na segunda feira, por uma equipa do Ministério da Administração Interna e da GNR, liderada pelo Secretário Geral do Ministério.

Refere que a visita foi uma oportunidade para aquelas entidades contactarem com os trabalhos de construção, que decorrem desde 15 de maio e, na ocasião, manifestaram satisfação com o andamento da empreitada.

Recorda que a obra está a ser realizada pelo Município, que também cedeu o terreno, com financiamento do Ministério da Administração Interna. Dá nota que o valor da adjudicação é 1.781.294,95 € e a área de construção ascende 1 000m².

Transmite que o posto da GNR vai ter área de receção e atendimento; área de comando, com os respetivos gabinetes; secretaria; sala de apoio à vítima; sala de inquérito; sala de patrulha; sala polivalente e de instrução; Pólo técnico e quarto de detenção; área de serviços gerais com alojamento (quartos masculinos e femininos); apoio a refeições, vestiários e balneários; armazéns, arrecadações e sanitários; área exterior com parada e estacionamento para viaturas da GNR, incluindo garagem.

Termina referindo que a previsão de conclusão da obra será no mês de outubro de 2026.

. Perfil Local de Saúde da Arrábida 2024 – O Sr. Vereador José Carlos Sousa partilha que o Perfil de Saúde da Arrábida 2024, foi apresentado no passado dia 27 de março pela Unidade Local de Saúde da Arrábida (ULSA) e traça um retrato da saúde em Setúbal, Palmela e Sesimbra. Refere que o documento destaca, globalmente, o envelhecimento populacional, o aumento de estrangeiros e a maior pressão nos cuidados de saúde. Transmite que este documento estratégico oferece uma visão integrada, clara e objetiva sobre o estado de saúde da população residente nestes três concelhos.

Considera que, mais do que um conjunto de dados estatísticos, este Perfil destaca-se por colocar as pessoas no centro da análise, refletindo as suas necessidades, desafios e expectativas, sendo que a informação reunida constitui um suporte essencial para todos os intervenientes no sistema de saúde — desde profissionais de saúde, autarquias, instituições sociais e parceiros comunitários.

Entre as principais conclusões, destaca as tendências demográficas e ambientais com impacto direto na saúde da população, onde se verifica um aumento da população estrangeira e do índice de envelhecimento, fatores que exigem adaptação contínua dos serviços de saúde.

Observa que o relatório aponta ainda para um crescimento do número de consultas, tanto nos Cuidados de Saúde Primários como em contexto hospitalar, refletindo uma pressão acrescida sobre o sistema. No que diz respeito à mortalidade prematura, refere que os tumores malignos e as doenças do aparelho circulatório mantêm-se como as principais causas.

Assinala que a taxa de mortalidade prematura na Arrábida tem sido superior à do continente, e a taxa de mortalidade prematura por doenças isquémicas cardíacas tem sido superior à taxa por doenças cerebrovasculares. Menciona que, em ambos os casos, o valor tem diminuído na Arrábida, mantendo-se superior em relação ao do Continente.

Para o concelho de Palmela, e ao nível dos determinantes ambientais, destaca:

- O aumento dos valores das temperaturas máximas, médias e mínimas no Continente e igualmente no território Arrábida, tendo, em relação às temperaturas máximas do ar, se observado um desvio mais significativo da temperatura, sendo a estação de Palmela 2,4°C, aquela que no território obteve não só um desvio maior, mas igualmente superior ao do Continente;
- O número de dias em onda de calor que foi, tendencialmente, mais elevado na estação de Palmela, com um número de dias em onda de calor sempre mais elevado em relação à estação de Setúbal;
- As ondas de frio, que ocorrem quando, no intervalo de pelo menos 6 dias consecutivos, a temperatura mínima do ar numa dada estação meteorológica é inferior em 5°C ao respetivo valor médio diário da temperatura mínima no período de referência (1970-2000). Apenas na estação de Palmela, se verificou este fenómeno, nos anos de 2021 e 2023.

Considera que o Perfil de Saúde da Arrábida 2024 afirma-se como uma ferramenta estratégica de apoio à decisão, fundamental não só para a Unidade Local de Saúde da Arrábida, mas também para o Município. Termina referindo que o documento assume um papel determinante na construção de respostas mais ajustadas à realidade local, servindo de base para a elaboração do próximo Plano Local de Saúde da Arrábida.

. Semana da Freguesia de Pinhal Novo – A **Sra. Presidente** recorda que, ao longo do primeiro semestre do ano, vão dar continuidade ao ciclo de Semanas das Freguesias, que prossegue com um programa de trabalho descentralizado dedicado à Freguesia de Pinhal Novo, entre 4 e 8 de maio.

Refere que, a abrir o programa, se realizará a reunião entre executivo da Câmara Municipal e o da Junta de Freguesia, durante a tarde de segunda-feira, para conferir vários temas e realizar o balanço das competências transferidas e dos contratos interadministrativos.

Informa que, durante a manhã de quarta-feira, vão dar espaço às habituais visitas públicas, com a participação de todo o executivo municipal, Junta de Freguesia e equipas técnicas municipais, a um conjunto de obras, empresas e outros agentes locais, e à noite, a partir das 20h30, a se realizará a reunião pública quinzenal, de forma descentralizada, na sede do Rancho Folclórico “Os Rurais” da Lagoa da Palha e Arredores.

Transmite que o atendimento descentralizado decorre, excecionalmente, durante a manhã de quinta-feira, mediante marcação prévia através dos contactos que serão divulgados e que, ao longo de toda a semana, vão ter, ainda, um conjunto de reuniões com agentes locais e visitas à Freguesia, para acompanhar projetos, obras e intervenções de gestão corrente.

Considera que a Semana da Freguesia de Pinhal encerra da melhor maneira, com a abertura de mais uma edição do Mercado Caramelo, no Largo José Maria dos Santos.

. **29.º Mostra de Vinhos de Fernando Pó** – O **Sr. Vereador Pedro Taleço** dá nota que após uma história com 30 anos, a Mostra de Vinhos assistiu a transformações profundas no setor do vinho, tendo sido alvo de mudanças e de adaptação a novas realidades, acreditando a Comissão Organizadora que deve dar início de um novo ciclo em 2026, num espaço e programa desenhados de forma distinta do ano anterior.

Dá nota que é com este espírito de renovação que, nos dias 1, 2 e 3 de maio, se celebra a 29ª Mostra de Vinhos de Fernando Pó, numa edição que se pretende de mudança de paradigma, para que o vinho e o enoturismo possam voltar a ser a centralidade deste grande evento, indo ao encontro de um público mais interessado em conhecer vinhos menos comerciais e em ouvir histórias diretamente dos protagonistas da atividade vinhateira.

Transmite que a Mostra de Vinhos de Fernando Pó continua a fazer parte dos compromissos assumidos pelo Município, juntamente com outras iniciativas de promoção dos produtos locais, pela grande importância que tem para a afirmação do nosso território e para a divulgação do Vinho e da Aldeia Vinhateira, enquanto produto bandeira do nosso concelho.

Apela para que não se deixe passar a oportunidade de visitar a Mostra de Vinhos na Aldeia Vinhateira de Fernando Pó, onde o tempo passa devagar, mas que se transforma com a realização um evento icónico, repleto de muita animação, gastronomia, showcooking, harmonizações e provas de vinho, fazendo com que os primeiros dias de maio sejam verdadeiramente especiais.

Deixa uma palavra de enaltecimento, na pessoa da Presidente da Comissão organizadora Andreia Brás, mas alargada todos que, movidos pelo espírito de voluntariado, têm dedicado tempo e energia e até coração, à concretização do evento que, pelas mudanças, se revelou um pouco mais difícil. Realça que são eles que acabam por transformar a ideia numa experiência que vai ligar produtores, visitantes e território, e que garantem que a presente edição irá decorrer com qualidade, identidade e autenticidade. Termina referindo que o evento é também o reflexo de uma comunidade que se mobiliza, que coopera e que acredita no valor do seu património, a quem deixa o seu agradecimento.

. **Preocupação com limpeza de terrenos** – O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** deixa um alerta e uma preocupação com a obrigatoriedade da limpeza dos terrenos que decorre com o limite máximo até 31 de maio. Refere que é da responsabilidade dos proprietários limpar o mato, ervas secas, arbustos nos terrenos, desbastar árvores, manter distância entre as copas e criar as chamadas faixas de gestão de combustível, com as distâncias contempladas na lei. Recorda que tiveram um inverno muito rigoroso e chuvoso, onde haverá muita vegetação a partir de agora e, tendo em conta o Verão que se aproxima, a limpeza é obrigatória, pelo que deve ser fiscalizada e, se necessário reforçada pela Câmara Municipal, que pode fazê-la em alguns casos, imputando os custos a quem não o faz. Sabe que não é uma gestão fácil, mas

deixa o alerta para essa preocupação e para que a Câmara Municipal atue, principalmente em casos mais complexos e mais graves, pois poderá agravar-se no Verão.

. Quinta da Escudeira – matilha de cães – O Sr. Vereador Roberto Cortegano partilha que recebeu um relato de um casal que, ao fazer um trilho publicitado pela Câmara Municipal de Palmela – PR1 Encostas de Palmela e suas serras -, lhe reportou que, quando estava num certo local desse trilho, mais concretamente em frente ao portão da Quinta da Escudeira, apareceram 10 cães rafeiros, uns do lado da vedação da Quinta, mas outros do lado de fora, que os cercaram e ladraram. Informa que o casal conseguiu fugir, sem consequências graves. Como se trata de um trilho que é publicitado pela autarquia, deixa o alerta para que se possa verificar se estamos perante uma situação recorrente ou um caso pontual, para que não aconteça algum acidente com consequências mais graves.

Às questões colocadas pelo Sr. Vereador Roberto Cortegano são prestados os seguintes esclarecimentos:

. Preocupação com limpeza de terrenos – O Sr. Vereador Pedro Taleço agradece a intervenção do **Sr. Vereador Roberto Cortegano** e esclarece que, em relação aos terrenos, na altura do calendário a autarquia já vai um pouco mais avançada. Informa que têm em média cerca de 400 notificações e que o número que tem vindo a diminuir em termos dos proprietários que não cumprem as suas obrigações. Observa que há, provavelmente, um processo de educação que tem vindo a ter os seus efeitos. Dá nota que no ano passado, face a essa diminuição, introduziram um expediente onde todos os proprietários que já foram referenciados recebem uma carta de aviso, que não serve de notificação, mas para lembrar. Informa que remeteram cerca de 450 cartas antecipando a altura da verificação dos terrenos, meramente para alertar das obrigações até ao prazo estipulado.

Transmite que depois, em articulação com a GNR, passam à fase seguinte, sobretudo em relação aos terrenos rurais onde, no âmbito das funções a competência da Câmara Municipal, nomeadamente da Fiscalização Municipal, todos os terrenos são referenciados, quer pelos serviços municipais, pela GNR e pela Proteção Civil, sendo imediatamente notificados, resultando num determinado número de ações coercivas que, no ano anterior, rondaram cerca de 20. Acrescenta que, no âmbito das ações coercivas, são depois refletidos os custos via finanças – que foi um processo que “afinaram” nos últimos dois anos – de forma a autarquia ser ressarcida do investimento gasto.

Deixa uma mensagem para que não exista a ilusão de que é mais barato deixar para a Câmara Municipal fazer do que contratar uma empresa na devida altura, pois houve a questão de que a inação trazia benefícios, situação que não se verifica, nem para o território, nem para o próprio

infrator, que depois percebe que o custo de executar o trabalho de limpeza é mais elevado do que através da contratação de um serviço privado.

Reforça que estão no terreno e contam com todos os contributos de todos os munícipes, desde as chamadas de atenção, aos movimentos de denúncia ou de participação, que são validos para depois passarem à fase da intervenção e ação.

. **Quinta da Escudeira – matilha de cães** – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** esclarece que as duas unidades orgânicas que subentendem os trilhos, quer do ponto de vista desportivo, quer do ponto de vista turístico, estão a acompanhar o assunto, pelo que poderá dar outras informações posteriormente.

Não havendo mais informações ou interpelações a **Sra. Presidente** passa à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

A Sra. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara Municipal é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

Gabinete de Apoio à Presidência

Pela **Sra. Presidente** é apresentada a seguinte proposta.

PONTO 1 – Aceitação de doação da Antsom Farm

PROPOSTA N.º GAP 01_08-26:

«A Antson Farms e a Câmara Municipal de Palmela celebraram, em 3 de julho de 2024, um protocolo mediante o qual a primeira outorgante se propõe realizar donativos, sem qualquer contrapartida, a título de mecenato para fins sociais, culturais, ambientais, desportivos, científicos ou educacionais, diretamente ao município ou a entidades por este indicadas.

Nesse contexto, e atendendo a que o referido protocolo determina a execução faseada daqueles donativos, propõe-se, nos termos do disposto na alínea j), do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara aprove a aceitação das doações às entidades abaixo indicadas, que desenvolvem atividades e projetos de reconhecido interesse municipal.

EMPRESA	ENTIDADE	DOAÇÃO	PROJETO	VALOR
ANTSON FARM NIF:515283584	Associação das Festas de Palmela – Festa das Vindimas NIF: 506 999 165	Doação monetária	Festa das Vindimas	12.500,00 € (Doze mil e quinhentos euros)
	Fundação Robert Kalley NIF: 502 332 395	Doação monetária	Requalificação das instalações	12.500,00 € (Doze mil e quinhentos euros)
TOTAL:				25.000,00 € (Vinte e cinco mil euros)

»

Sobre a proposta Aceitação de doação da Antson Farm, numerada GAP 01_08-26, intervêm:

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** menciona que a proposta foi de um protocolo assinado em 2024, que estava presente e votou favoravelmente. Refere que se tratam de verbas significativas, anuais de 2024, 2025 e 2026 e não se recorda se terminará neste ou no próximo ano. Neste sentido, questiona, tal como o efetuou no ano transato, como são escolhidas essas entidades. Não considerando que são más entidade, se estão bem, se merecem, o porquê de serem estas e não outras, informa que vê algumas entidades que recebem apoios significativos da Câmara Municipal, mas questiona quais são os critérios para essa distribuição e como são escolhidos os beneficiários dos donativos.

A **Sra. Presidente** esclarece que se trata de um protocolo que foi assinado em julho de 2024, que teve diferentes tranches, cuja última tranche é a que apresenta agora. Informa que a escolha das entidades, tanto quanto julga saber, é efetuada através de uma proposta direta dos doadores, onde a instituição que faz a doação é que, em concreto, assinala a quem gostaria de destinar, por vezes indicando uma área específica – cultura, desporto ou equipamento social, ou deixar ao critério da Câmara Municipal, pelo conhecimento das características do concelho e das entidades.

Presume, neste caso concreto, que a escolha está relacionada com o conjunto das necessidades. No caso das Festas das Vindimas, que é apoiada pela autarquia, mas o conjunto dos apoios que a Câmara dá, que é muito significativo às maiores festas – Festa das Vindimas, Festas Populares de Pinhal Novo, à Feira Medieval de Palmela (que é um pouco diferente pois tem um carácter um pouco mais comercial e consegue outra receita -, mas o peso dos apoios da Câmara em termos estritamente financeiros – não incluindo os logísticos -, são claramente insuficientes para satisfazer todas as necessidades que essas iniciativas têm. No caso concreto da Festa das Vindimas, foram confrontados em 2026 com um défice, devidamente fundamentado por parte da Associação de Festas, que compreendem. Lembra que o Município,

por si só, não teria capacidade ou poderia abrir um precedente substantivo se atribuísse um maior apoio à Festa das Vindimas, mas que existem mecenas disponíveis para o fazer, limitando-se a Câmara Municipal a indicar uma necessidade que reconhece ser legítima, pelo que não se tratou de nenhum desvario em matéria de programação que levou ao problema com que atualmente a Festa das Vindimas se confronta.

No caso da instituição – Robert Kalley, realça que é igualmente conhecida a sua prestação de serviços em termos reais, assim como as suas carências e necessidades. Recorda que se trata de uma instituição que intervém em domínios onde não existem tantas instituições, que lida essencialmente com um público sénior e muito dependente, pelo que não tem facilmente capacidade para realizar outro tipo de receitas. Nesse sentido, pareceu-lhe justo atribuir um reforço de apoio à instituição Robert Kalley para as suas instalações.

Conclui referindo que se tratam de critérios de avaliação do Município e/ou dos próprios doadores.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria com os votos a favor da CDU, do CHEGA e do PS e a abstenção do PSD. Aprovado em minuta.

Serviço Municipal de Proteção Civil

Pela **Sra. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – Atribuição de apoio financeiro, no âmbito das Comemorações do Dia Municipal do Bombeiro 2026

PROPOSTA N.º SMPC 01_08-26:

«Este ano irão decorrer entre 1 e 24 de maio, as Comemorações do Dia Municipal do Bombeiro, cujo programa central será assumido pela Associação Humanitária de Bombeiros de Pinhal Novo, cumprindo assim o sistema de rotatividade em vigor.

Para o presente ano ficou acordado entre a Câmara Municipal e as Associações Humanitárias de Bombeiros do Concelho, um apoio financeiro aos encargos decorrentes do evento, relativos à alimentação, e cuja organização é da responsabilidade das Associações de Bombeiros em articulação com o Serviço Municipal de Proteção Civil.

Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea u) do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro à Associação Humanitária de Bombeiros de Pinhal Novo no valor de 3 000,00 € (três mil euros), destinado a financiar os encargos a assumir com a realização da edição deste ano das Comemorações do Dia Municipal do Bombeiro.

Código Orçamental: 01.02.04/04.07.01
Código das GOP: 1.2.1.01.005 2015 A 9»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Antes de passar à apresentação da proposta número 3 da Ordem do Dia, a **Sra. Presidente** propõe trocar a ordem da apresentação das propostas, apresentando antes da proposta número 3, as propostas números 4, 5 e 6, por motivo da mesma ser mais complexa e mais exigente.

Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos

Pela **Sra. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 4 – 2.ª alteração permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2026-2030

PROPOSTA N.º DAFRH 01_08-26:

«A 2.ª alteração permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2026-2030 tem as seguintes finalidades:

1. Reforço da ação «Captação e Estações de Tratamento, Reservatórios», necessária para aquisição de nova coluna para o Furo de Lagameças e cabo para Furo JK 10 da Lagoinha;
2. Reforço da dotação da rubrica «Aquisição de serviços de Recolha Porta a Porta», para alargamento do serviço de recolha porta-a-porta no novo Concurso Público de Recolha de RSU, monos e verdes;
3. Reforço da dotação da rubrica «Requalificação do Espaço Público», para trabalhos complementares da requalificação da Av. da Liberdade em Águas de Moura;
4. Reforço da dotação da rubrica «Conservação por Administração Direta - Rede Viária» Aquisição de "tout-venant" para estrutura base da Rua das Sesmarias;
5. Efetuar acertos em ações cofinanciadas por fundos comunitários, em resultado da reprogramação física e/ou financeira de operações aprovadas, em ações respeitantes à «Operação Integrada Local de Poceirão e Marateca» e respetivas correções na receita.

Embora sem o carácter de urgência, aproveitou-se esta oportunidade para introduzir outros acertos sem expressão relevante nos documentos em apreciação, tendo por principal objetivo permitir a abertura de procedimentos concursais e/ou o pagamento de faturação pendente de reforço de dotações orçamentais ou do plano.

O valor desta alteração é de 401.394 € (quatrocentos e um mil, trezentos e noventa e quatro euros), e representa 0,38 % do Orçamento em vigor.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, propõe-se a aprovação da 2.ª alteração permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2026-2030.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria com os votos a favor da CDU, do CHEGA e do PS e a abstenção do PSD. Aprovada em minuta.

Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos

Divisão de Recursos Humanos

Pela **Sra. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 5 – Autorização para abertura de procedimento concursais comuns para constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado

PROPOSTA N.º DAFRH_DRH 01_08-26:

«Considerando que:

1. Por deliberação camarária, tomada em 21 de janeiro de 2026, foi aprovado o montante máximo a título de encargos com recrutamentos necessários à ocupação de novos postos de trabalho a preencher no ano de 2026, no valor de € 371.250,00 (Trezentos e setenta e um mil, duzentos e cinquenta euros) em consonância com a dotação global constante no orçamento municipal a vigorar em 2026, conforme preceituado nas disposições conjugadas na al. a) do nº 2 do art.º 5º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, e no nº 3 do art.º 31º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP).
2. No mapa de pessoal de 2026, aprovado em sessão da Assembleia Municipal, realizada no dia 15 de janeiro de 2026, existem diversos postos de trabalho vagos, designadamente, na carreira geral e categoria de assistente operacional, para satisfação de necessidades permanentes dos serviços municipais, de acordo com as atribuições e competências municipais que se lhe encontram cometidas.
3. Para além da premência de reforço de pessoal na área de eletricista, afigura-se imprescindível garantir atempadamente a reposição do rácio de pessoal na área de auxiliar de saúde, na Unidade Local de Saúde Arrábida, na sequência da transferência de competências para o município, em conformidade com Auto de Transferência Nº ARSLVT/035/2023 e lista nominativa de trabalhadoras/es, publicada na 2ª série, parte C do Diário da República, em 12/8/2025.
4. Salienta-se, que, de acordo com o imperativo legal, foi assegurado o procedimento prévio de aferição de pessoal disponível em situação de valorização profissional, junto da

respetiva entidade gestora supramunicipal - Área Metropolitana de Lisboa (cfr art.º 34º da Lei nº 25/2017, de 30 de maio, conjugado com o art.º 16º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, na atual redação), que comunicou a este município, através de correio eletrónico, que a Entidade Gestora da Requalificação nas Autarquias (EGRA) ainda não se encontra constituída na Área Metropolitana de Lisboa.

5. Uma vez que o município de Palmela se encontra em situação de equilíbrio financeiro não lhe são impostas quaisquer restrições ao recrutamento de pessoal, sem prejuízo, contudo, da necessária observância das regras de equilíbrio orçamental, bem como do cumprimento dos limites de endividamento e demais obrigações de sustentabilidade das respetivas finanças locais, devendo, nesse sentido, ser prestada trimestralmente informação detalhada à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), de acordo com o preceituado na Lei do Orçamento do Estado para 2026 (Lei nº 73-A/2025, de 30 de dezembro).
6. Tendo presente os princípios de racionalização e de eficiência que devem nortear a gestão de recursos humanos, no que concerne designadamente à economia processual, atenta a necessidade de imprimir a máxima celeridade a admissões de pessoal para reforço nas áreas funcionais acima referidas, projetando-se a possível não oposição por potenciais candidatas/os detentoras/es de prévia relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, em número suficiente, detentoras/es de prioridade legal no recrutamento, de acordo com o histórico ocorrido em concursos similares, afigura-se por necessária que a autorização de abertura dos procedimentos concursais possibilite o alargamento a candidatas/os que não sejam detentoras/es daquele vínculo, nos termos do art.º 30º, nº 4 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, na atual redação, conjugado com o art.º 9º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro.

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal, nos termos do nº 1 do art.º 4º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o estatuído no nº 4 do art.º 30º da LTFP e art.º 4º, nº 1, al a) da Portaria nº 233/2022, de 9 de setembro, delibere autorizar a abertura de procedimentos concursais comuns para constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, com alargamento, condicionado, a candidatas/os sem prévia relação jurídica de emprego público, para a carreira e categoria de assistente operacional, nas seguintes áreas funcionais:

- Auxiliar de saúde
- Eletricista»

Sobre a proposta Autorização para abertura de procedimentos concursais comuns para constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, numerada DAFRH_DRH 01-08_26, intervêm:

A **Sra. Presidente** reforça que, como acontece frequentemente que os procedimentos concursais ficam desertos quando se recorre apenas aos trabalhadores com vínculo ou com relação jurídica de emprego à função pública, se propõe que o procedimento possa ser alargado a outros candidatos que não sejam detentores de vínculo à função pública, sendo aberto a todos os trabalhadores. Refere que se propõe que a Câmara Municipal delibere autorizar o procedimento concursal a candidatos sem previa relação jurídica de emprego público, não excluindo os que têm vínculo, mas permitindo alargar a todos os outros. Ressalva que se trata de pouparem tempo, pois sabendo que, frequentemente, esses concursos ficam desertos, e para não lançarem um outro concurso, com a presente autorização podem lançar o concurso para as duas vertentes.

O **Sr. Vereador José Carlos Sousa** dá nota que o assunto – focando-se nos assistentes operacionais na área da saúde - já foi trazido a uma das sessões em função de uma das perguntas colocadas pelos Sr. Vereadores, e partilha que o Aviso 20275/2025 da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo aquando da lista nominativa de transição dos assistentes operacionais para a Câmara Municipal, apresentava 16 elementos, dos quais um não consolidou o processo de mobilidade na categoria e regressou ao serviço de origem, e um aposentou-se. Nesse sentido, transmite que este concurso servirá para recrutar 2 assistentes operacionais, para juntar aos 14 já existentes, com o objetivo de, a curto prazo, poderem terem as vagas preenchidas.

A **Sra. Presidente** espera que, com o presente procedimento, consigam também reforçar a área de eletricitista, pois trata-se de uma necessidade premente.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovada em minuta.

PONTO 6 – Atribuição de apoios não financeiros a entidades sindicais - ratificação

PROPOSTA N.º DAFRH_DRH 01_08-26:

«Considerando que:

- Legalmente, encontram-se cometidas ao Município competências, designadamente, no domínio da concessão de apoio a entidades legalmente constituídas para prestação de informação e defesa dos direitos das/os cidadãs/ãos, nos termos da alínea o), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- O município valoriza o movimento associativo sindical, alicerçado em primado constitucional, imprescindível à promoção da defesa dos direitos e interesses das/os

trabalhadoras/es, materializada, designadamente, em sessões plenárias de esclarecimentos de índole informativa sobre aspetos relacionados com a legislação laboral e acordos coletivos celebrados, ou a celebrar, com o município;

- A Comissão Sindical do Sindicato de Trabalhadores da Administração Local das Autarquias de Palmela solicitou autorização para cedência de instalações, a fim de realizar plenário geral de trabalhadoras/es, cuja pretensão, atenta a finalidade subjacente, justifica a respetiva cedência graciosa com isenção de pagamento de taxas, nos termos do artigo 27º, nº 1 do Regulamento de Funcionamento e Utilização dos Equipamentos Culturais e Municipais;
- Uma vez que o pedido de cedência, apresentado com pouca antecedência, não permitiu a inclusão em Ordem do Dia de Reunião de Câmara para respetiva tomada de deliberação, em data anterior à do evento, agendado para dia 14 de abril, em face da urgência, a pretensão foi acolhida por despacho da presidência, proferido em 6 de abril do presente ano.

Face ao exposto propõe-se, ao abrigo do disposto na alínea o) do n.º 1, do artigo 33.º e nº 3 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal ratifique o despacho proferido pela presidência da Câmara, datado de 6 de abril de 2026, em anexo, relativamente ao apoio constante no quadro seguinte:

Entidade	Entrada Nº	Atividade	Apoios a atribuir	Data/período da atividade	Estimativa de custos
Comissão Sindical do Sindicato de Trabalhadores da Administração Local das Autarquias de Palmela	16433/2026	Plenário de trabalhadoras/es	Cedência da sala multiusos Biblioteca de Palmela	14/04/2026 (período da manhã)	270,60 €

»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos

Pela **Sra. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Prestação de contas 2025

PROPOSTA N.º DAFRH 02_08-26:

«A Prestação de Contas relativa ao ano económico de 2025, documento de execução financeira do Orçamento e Grandes Opções do Plano, foi elaborada de acordo com todas as obrigações legais aplicáveis e com o rigor e detalhe exigíveis para uma adequada compreensão dos

resultados económicos e financeiros obtidos, bem como, das atividades desenvolvidas pelos serviços municipais no decurso do ano.

Em termos financeiros a Prestação de Contas 2025 reflete, em termos de valor global, um crescimento das receitas do município de 24,4% face a 2024. Para este aumento contribuiu o aumento IMT, Taxas, Multas e Outras Penalidades, do Passivo Financeiro e outras receitas correntes.

O valor das receitas próprias (sem PIDDAC, Fundos Comunitários e Empréstimos) foi de 80,9 milhões de euros em 2025, verificando-se um crescimento de cerca de 16,8 milhões euros em relação ao registado em 2024.

Os Impostos Diretos apresentam um valor de 39 milhões de euros e assumem, no seu conjunto, o maior peso, representando 45,8% do total da receita arrecadada. Em termos absolutos verificou-se um aumento de cerca de 10,9 milhões de euros, relativamente ao ano 2024.

As Taxas, Multas e Outras Penalidades, que incluem os Licenciamentos, apresentam um acréscimo de 74,5% (+ 2 milhões de euros, que resulta do aumento do licenciamento de obras no concelho).

As Transferências Correntes apresentam um ligeiro acréscimo de 0,3% (+cerca de 67 mil euros), que resulta das transferências de competência e da Participação Fixa do IRS.

Em termos orçamentais, na ótica de caixa, verificou-se uma receita de cerca de 85,2 milhões de euros e uma despesa de cerca de 77 milhões de euros, pelo que se obteve um saldo orçamental de cerca de 8,2 milhões de euros a que acresce o saldo transitado de 2024 no valor de cerca de 8 milhões de euros, transitando para 2026 um saldo de 16,3 milhões de euros.

A taxa de execução da receita situou-se nos 95,9%, ficando aquém do esperado, nomeadamente em virtude da necessidade de reprogramação de diversas obras financiadas, quer no âmbito da OIL quer no plano da utilização dos empréstimos contratados, deduzindo este desvio a taxa de execução da receita teria sido de 113,1%.

No capítulo da despesa foram efetuados pagamentos no valor de 77 milhões de euros, mais 7,9 % que no ano 2024, dos quais 44 milhões de euros afetos diretamente às Grandes Opções do Plano, ou seja, mais de metade do valor da despesa total paga é imputada às Grandes Opções do Plano. A taxa de execução de pagamentos foi de 79,4%.

As despesas com pessoal registam em 2025, comparativamente ao ano anterior, um acréscimo de 1,9 milhões de euros (+6,7%). Esta situação é resultante, no fundamental, da aplicação e operacionalização de vários diplomas legais de valorização de carreiras e atualização remuneratória que impactam na atualização dos níveis remuneratórios da Tabela Remuneratória Única, bem como outras medidas de valorização de carreiras gerais da

administração pública e a da aplicação das subidas de escalão resultantes da aplicação do SIADAP.

O valor global das remunerações certas e permanentes pagas em 2025, foi de cerca de 23,4 milhões de euros, enquanto que, 2024 se registou um valor de cerca de 21,8 milhões de euros. O pagamento do trabalho extraordinário e do trabalho efetuado em dia de descanso semanal apresenta um acréscimo de 7,5%, passando de 838 mil euros em 2024, para 966 mil euros em 2025.

A Aquisição de Bens de Capital, registou um aumento face a 2024 de 7,5%, em termos absolutos, (+795 mil euros) que se deve, essencialmente, ao volume de investimentos realizados, nomeadamente na construção do Posto da GNR de Poceirão, Centro de Saúde de Quinta do Anjo e várias Obras de Pavimentações, Repavimentações e Requalificações de vias municipais como a Av. Dos Caminhos de Ferro em Palmela e a Estrada Municipal 533.

A rubrica de Aquisição de Bens e Serviços apresenta também um aumento 2,7 milhões de euros (+13,1%), comparativamente ao ano 2024. Este aumento resulta, essencialmente, no aumento dos pagamentos à AMARSUL e SIMARSUL (+1,5 milhões de euros), aquisição de combustíveis e serviços de limpeza.

As receitas correntes foram superiores ao somatório das despesas correntes com a amortização média dos empréstimos a M/L prazo, dando cumprimento ao equilíbrio orçamental estabelecido na Lei das Finanças Locais.

No final de 2025, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, de um total de 5,1 milhões de euros, não existe qualquer valor de faturas em atraso, sendo este praticamente o valor correspondente às dívidas a fornecedores.

Na mesma data, estavam por receber de dívidas ao Município cerca de 3,2 milhões de euros, não estando incluídos neste montante as receitas provenientes de impostos municipais.

Assim, propõe-se, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL) aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do documento de Prestação de Contas do Município, relativo ao ano económico de 2025, para posterior apreciação e votação pela Assembleia Municipal, nos termos da alínea l), do n.º 2, do art.º 25º, do RJAL.»

A **Sra. Presidente** dispensa a leitura da Introdução à Prestação de Contas 2025, fazendo algumas referências à mesma, reproduzindo-se em ata o texto integral, conforme solicitado e como a seguir se indica:

Introdução à Prestação de Contas 2025

Ao longo de 2025, a realização de dois atos eleitorais e a preparação de um terceiro envolveram, de forma transversal, a Organização e centenas de municípios em operações

técnicas e logísticas de grande escala, reforçando o funcionamento da Democracia. A tomada de posse e o conjunto de ações inerentes à instalação dos novos órgãos autárquicos marcou a reta final do ano.

Também na sua reta final, a Operação Integrada Local (OIL) Poceirão-Marateca registou um desenvolvimento acentuado em 2025, com o culminar de várias ações imateriais e o avanço da componente de obra, quer no que se refere à requalificação das instalações do movimento associativo e da rede social, quer na beneficiação do espaço público, reforço dos sistemas de abastecimento de água e saneamento e melhorias no Agrupamento de Escolas José Saramago.

O início das empreitadas de construção do Posto da GNR em Poceirão e da Unidade de Saúde de Quinta do Anjo, a par da inauguração do Pavilhão Municipal de Palmela, representaram o culminar de décadas de reivindicação, tendo o Município investido financeira e tecnicamente na construção de soluções. Lançou-se o desafio, ao Ministério da Administração Interna, de criar um Posto da GNR na freguesia de Quinta do Anjo, em terreno a disponibilizar na zona das Marquesas, e incrementaram-se, entretanto, as ações de sensibilização e luta junto da tutela pela necessidade urgente de reparação das Estradas Nacionais 252 e 379, a par da construção de vias variantes, adequando a circulação viária neste território à sua dimensão demográfica e à sua centralidade e preparando, já, a conexão com os investimentos estruturantes previstos para a região.

Este ano ficou marcado, também, pelo reforço da cooperação internacional, através de ações de solidariedade e colaboração e do relacionamento institucional. Realça-se as visitas a Palmela de sua Excelência, o Presidente da República de Cabo Verde, tendo o Município promovido uma Mostra de Vinhos locais na Cidade da Praia, e de uma comitiva do Estado brasileiro de Rio Grande do Norte, com o qual o território Arrábida estabeleceu um protocolo de cooperação para fomentar o desenvolvimento económico e o turismo.

A Arrábida foi classificada pela UNESCO como Reserva da Biosfera, em setembro, confirmando a convicção dos municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e da Associação de Municípios da Região de Setúbal (entidade gestora da candidatura e da Reserva), que dinamizaram um processo fortemente participado pela população e agentes locais, em defesa da valorização e proteção deste património comum. Palmela alcançou a pontuação máxima no Índice de Desenvolvimento Local, enquanto outras distinções nacionais, como o Galardão de Excelência Autárquica (área do envelhecimento), as Bandeiras de Mérito Social e de Autarquia + Familiarmente Responsável ou a marca Entidade Empregadora Inclusiva, colocaram em evidência as políticas sociais desenvolvidas pelo Município enquanto boas práticas.

QUALIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

O efetivo global da Câmara Municipal de Palmela era, a 31 de dezembro de 2025, de 1.255 trabalhadoras/es, registando um crescimento consistente, que procura acompanhar o aumento

de competências e de municípios. Além de 155 (re)admissões, foram transferidas/os para o Mapa de Pessoal da Autarquia 16 assistentes operacionais da Unidade Local de Saúde Arrábida, no âmbito da assunção de competências na área da Saúde. A valorização remuneratória, determinante, também, para a motivação e reconhecimento profissional, é um objetivo de continuidade, tendo progredido mais de meio milhar de trabalhadoras/es, quer através do regime obrigatório e por opção gestionária do Município, quer por via do mecanismo "acelerador" e da medida de valorização de assistentes operacionais. A formação assume, hoje, diversos modelos que contribuíram para o aumento exponencial do número de ações e participações, sempre numa ótica de capacitação permanente da Organização, face a necessidades específicas de cada área ou desafios globais, como a Proteção de Dados, a Prevenção da Corrupção ou a Cibersegurança. Com a conclusão de mais um processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, promovido pelo Município, cinco trabalhadoras/es viram certificada a sua habilitação de nível secundário. No que se refere à Saúde Ocupacional, as visitas aos serviços e os rastreios reforçaram o trabalho de prevenção inerente às múltiplas campanhas de informação interna e ao projeto "Mexa-se Bem no Trabalho", que também disponibilizou aulas de yoga. A Saúde Mental continuou a ser uma prioridade, com o 3.º Seminário nacional a constituir-se como importante momento de reflexão e visibilidade para o tema.

Garantir melhores condições de trabalho é outro objetivo de continuidade, que se refletiu em intervenções nas instalações municipais, das reparações correntes, assumidas por administração direta, a empreitadas de peso, como a ampliação e beneficiação do Departamento de Educação e Coesão Social, a beneficiação do Gabinete de Planeamento Estratégico, de instalações sanitárias nos Serviços Operacionais e do edifício em Quinta do Anjo onde funcionam o Balcão de Atendimento Municipal e o Pólo da Biblioteca Municipal, além do início de uma nova intervenção nos Paços do Concelho, que abrange as áreas de serviços. A entrada em operação da nova Loja do Cidadão Móvel beneficiou da experiência adquirida para otimizar percursos e tempos de permanência nas 21 paragens, e o reforço da carteira de serviços disponíveis contribuiu para o aumento em 47% do número de atendimentos, num total de 1.258 – o maior do quadriénio.

Manteve-se a aposta na modernização administrativa e na desmaterialização de processos, sendo de referir a migração dos Serviços Online para uma nova plataforma e a disponibilização de novas formalidades, acompanhada de um webinar para esclarecimento do público, e o robustecimento do Sistema de Informação Geográfica, a par do trabalho em parceria com a Área Metropolitana de Lisboa (AML), com vista à construção de uma plataforma de gestão urbana, à escala metropolitana, para uma região cada vez mais inteligente.

A agilização de questões de gestão corrente, a apresentação, no terreno, de obras e projetos, a divulgação do trabalho desenvolvido por empresas e outros agentes locais e, de modo geral, o reforço da proximidade com as Juntas de Freguesia e as populações, são objetivos centrais das

"Semanas das Freguesias". Este projeto do programa de participação cidadã "Eu Participo!" incluiu, em 2025, Mostras de Projetos e voltou a estar em destaque no primeiro semestre, altura em que se realizaram, também, reuniões com trabalhadoras/es e com cidadãos/ãos, para prestação de contas das edições 2024 dos respetivos processos participativos e recolha de contributos, presentemente em análise.

Com a entrada em funcionamento do novo veículo de combate a incêndios dos Bombeiros de Pinhal Novo, o Município cumpriu o compromisso de apoiar todas as Associações na aquisição de uma viatura. No total, o apoio financeiro em 2025 voltou a somar perto de um milhão de euros (funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes, Equipas de Intervenção Permanente, seguros de viaturas e apoio à aquisição de veículos). A Academia da Proteção Civil manteve o seu papel de promoção da cultura de segurança e dinamizou 22 ações de formação para a comunidade.

DESENVOLVIMENTO EDUCATIVO, SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVO

No ano letivo 2025/2026, foi criado um novo grupo de pré-escolar no JI Olhos de Água, para responder à elevada procura, e uma sala de Ensino Estruturado na EB Zeca Afonso (Pinhal Novo), que vieram reforçar a rede. A qualidade e segurança dos logradouros das escolas justifica o investimento permanente e, em 2025, concluíram-se intervenções na EB Joaquim José de Carvalho (Palmela), na EB Lagoa da Palha e no pré-escolar da EB Salgueiro Maia (Pinhal Novo). No âmbito da OIL, o Agrupamento de Escolas José Saramago (Poceirão) continuou a ser alvo de intervenções de melhoria, como as obras no espaço exterior, a criação de uma Sala de Aprendizagem Multidisciplinar ou a instalação do Lago Pedagógico no Laboratório Ambiental (EBS José Saramago), sem esquecer o apetrechamento com equipamento lúdico e tecnológico e as ações de capacitação e sensibilização. Concluída a Carta Educativa de Palmela 2025/2035, este documento estratégico obteve parecer favorável do Conselho Municipal de Educação de Palmela e pronúncia favorável da tutela. Mantiveram-se projetos anuais, como a Receção à Comunidade Educativa, o "Aprender a Nadar" ou o projeto de Educação pela Arte "Fantasiarte", bem como as medidas de apoio social às famílias, sendo de referir mais um aumento no número de Bolsas de Estudo atribuídas, para um total de 102 bolseiras/os em 2025, bem como a decisão de subir para 145 no presente ano letivo.

Concluiu-se a empreitada de reabilitação da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) de Pinhal Novo e a intervenção parcial na cobertura da Unidade de Saúde Familiar Santiago Palmela, e iniciaram-se as empreitadas relativas às UCSP de Águas de Moura e de Poceirão (estas últimas enquadradas pela OIL). A par de todo o trabalho de conservação assumido por administração direta e da aquisição de dezenas de equipamentos de ar condicionado, para melhoria das condições de trabalho e atendimento, o avolumar de investimento municipal na rede de equipamentos de saúde evidencia, já, a discrepância face às

necessidades identificadas e aos valores transferidos para o Município, no que se refere à transferência de competências na área da saúde.

Em 2025, a Autarquia manteve a articulação próxima com a Rede Social e, além de apoio financeiro e logístico, assegurou, no âmbito da OIL, a requalificação do Centro Social em Lagameças – Casa do Povo de Palmela e da creche/ATL “os Cenourinhas”, tendo-se iniciado a empreitada relativa ao JI “A Cegonha”, do Centro Social de Palmela, em Poceirão. Além do funcionamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e da equipa Radar Social, a disponibilização do serviço de “Teleassistência – Cuidar +”, do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes, do Cabaz Solidário Saudável e das atividades de animação, educação ao longo da vida e diálogo intergeracional, contribuíram para apoiar pessoas vulneráveis ou em situação de isolamento e gerar maior coesão social.

A Estratégia Local de Habitação continuou em implementação, tendo sido entregue, até ao final de 2025, um total de 53 habitações em regime de arrendamento apoiado. A par de ações de melhoria em casas do parque habitacional municipal, o Município manteve o impulso de reabilitação de fogos, em particular, no Centro Histórico de Palmela, e adjudicou a empreitada de conceção-construção de 21 fogos em Águas de Moura. Os incentivos fiscais para a área do Centro Histórico continuam a ter forte impacto, registando-se a atribuição de minoração de IMI em 30% a 561 prédios deste núcleo urbano, dos quais 192 beneficiarão de mais 20% por se encontrarem arrendados. De igual modo, o trabalho de identificação de prédios causadores de risco ou com necessidades de intervenção tem resultado no incremento da reabilitação urbana, com resultados positivos na imagem do Centro Histórico.

Globalmente, na área do Urbanismo, a dinâmica reflete-se no aumento considerável do número de pedidos entrados e processos tramitados pelos serviços municipais. No que respeita a Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), foram aprovadas três novas AUGI, na sequência do período de discussão pública – AUGI da Marquesa II 2.ª fase, AUGI da Marquesa V, Marquesa IV e AUGI a norte de Olhos d’Água – e registaram-se avanços importantes em várias outras.

Concluída a análise e ponderação das participações no período de Discussão Pública, bem como as respetivas respostas, e realizada a Conferência Decisória da Reserva Ecológica Nacional, a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Palmela foi submetida à deliberação dos órgãos autárquicos.

Os equipamentos municipais ao serviço da Cultura, incluindo a Rede Municipal de Bibliotecas Públicas, oferecem um conjunto cada vez mais diversificado de propostas e serviços, e estão de portas abertas para acolher, também, as iniciativas da população e de diversos agentes, reforçando o seu caráter democrático, comunitário e inclusivo. O Município tem incentivado a descentralização da atividade e a participação das pessoas na construção dos programas, ao mesmo tempo que continuou a investir na beneficiação de equipamentos, sendo de destacar intervenções no Centro Cultural do Poceirão, na Biblioteca de Palmela e no já referido polo de

Quinta do Anjo e a abertura ao público do Maker Space (CCP). Paralelamente à programação de continuidade, as comemorações do centenário do nascimento do escritor Luiz Pacheco e dos 500 anos de Camões deram o mote a várias ações de dinamização do livro e da leitura. De modo geral, os equipamentos registaram o aumento do número de ações e de presenças e a OIL foi geradora de projetos comunitários que motivaram o envolvimento da comunidade e aumento da autoestima, caso do Coro Comunitário de Águas de Moura, da Orquestra de Acordeões do Poceirão ou do grupo de percussão Mar-a-Tocar. A encerrar as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril de 1974, o Município, a URAP e a Escola Secundária de Palmela inauguraram, em Palmela, o Memorial aos Resistentes Antifascistas, com uma homenagem aos presos políticos do Concelho. Entre as muitas iniciativas de referência, promovidas ou apoiadas pelo Município, refira-se a edição que marcou os 30 anos do FIG – Festival Internacional de Gigantes, numa celebração da cultura de raiz popular, com mais de 30 espetáculos e um desfile com 600 participantes e dezenas de músicos e figuras animadas.

Na sua 30.ª edição, o "Março a Partir" voltou a afirmar-se como momento privilegiado de desenvolvimento de competências na área do associativismo juvenil, gestão de projetos e participação cidadã. Além dos concursos, animação e tempos livres, capacitação e voluntariado, o trabalho na área da juventude refletiu-se, de modo transversal, em todas as áreas de intervenção municipal.

Na desporto, além da já citada abertura ao público do Pavilhão Municipal de Palmela, que dotou a Escola Secundária de condições para a prática desportiva, teve continuidade o ciclo de beneficiação de polidesportivos descobertos e de Espaços de Jogo e Recreio (EJR) em espaço público e escolar. Iniciou-se a requalificação da Praceta Antero de Quental, em Quinta do Anjo, e, no âmbito da OIL, concluiu-se a intervenção no Forninho Futebol Clube e o projeto relativo ao Clube Desportivo e Recreativo de Águas de Moura. Os Programas de Desenvolvimento Desportivo continuaram a dinamizar diversas modalidades, em cooperação com os clubes, realizaram-se ações de promoção de saúde e exercício físico para todas as idades e o Concelho foi palco de múltiplas provas, de caráter amador e profissional, que demonstraram a apetência deste território pela prática desportiva. Na área formativa, o programa "O Ciclismo vai à Escola", da Federação Portuguesa de Ciclismo, em parceria com a Autarquia e as escolas, foi alargado, no ano letivo 2025/2026, ao Agrupamento de Escolas José Saramago, abrangendo, assim, todas as freguesias.

Transversalmente, a concretização do calendário anual de festas, certames, provas desportivas e ações do movimento associativo, num contexto de aumento generalizado de custos, exigiram do Município apoios acrescidos aos níveis financeiro, técnico e logístico, com forte impacto na gestão municipal.

QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO

A produção e recolha de resíduos urbanos tem vindo a crescer, ao longo do quadriénio, atingindo cerca de 30 mil toneladas recolhidas dos contentores (que também aumentaram) em 2025. Não obstante, mantém-se a proliferação de focos de deposição desregulada de resíduos, que o Município procura combater com mais serviços, equipamento, fiscalização e campanhas de sensibilização, além do investimento no alargamento das áreas abrangidas pela recolha porta-a-porta de indiferenciados e biorresíduos, em várias freguesias. A recolha bio registou, igualmente, forte adesão nas modalidades de proximidade, com a instalação de 29 contentores com controlo de acesso, e de compostagem comunitária, com duas novas ilhas na Quinta do Pinheiro (Pinhal Novo) e na Quinta da Asseca (Palmela). No que respeita ao espaço público, concluíram-se empreitadas de beneficiação na Rua da Escola Preparatória Hermenegildo Capelo (Palmela), na Rua Maestro Ferrer Trindade (Aires) e no Largo do Poço Novo (Quinta do Anjo). A plantação de espécies autóctones em espaço urbano, com a comunidade, no âmbito de efemérides, ou integrada em projetos como o "Pinhal Novo Verde" (fases 1 e 2) continuou a preparar o território para a mitigação das alterações climáticas. No CROA, além da atividade regular e da promoção do bem-estar e da adoção de animais, teve particular relevância o programa de esterilização, enquadrado quer pela adoção na comunidade, quer pelo programa CED (Capturar - Esterilizar – Devolver), registando-se a instalação de um novo abrigo para felinos em Águas de Moura e a formalização de uma rede de cuidadoras/es na UFPM. Na área da energia, foram desenvolvidos estudos, envolvendo dez edifícios de Pinhal Novo, a enquadrar numa futura comunidade de partilha de energia, na vertente de autoconsumo coletivo. A organização do Seminário "Energia Verde: um cluster de sustentabilidade" reuniu, em Palmela, especialistas, empresários e decisores políticos para uma reflexão sobre as oportunidades e os desafios do setor.

Em 2025, o Município continuou a afetar recursos à conservação da rede viária, sendo de destacar a pavimentação da Rua Isidoro Vitorino (Lagoinha), de troço da Rua 1.º de Janeiro (Pinhal Novo) e do prolongamento da Rua 1.º de Maio (Lagoa da Palha) e a repavimentação da EM533 (troço Lau-Palmela) e da Estrada do Padre Nabeto (Aires).

O esforço de permanente ampliação e renovação de infraestruturas, acompanhando a dinâmica urbanística, a regularização de AUGI e as necessidades de substituição de equipamento obsoleto, continuou a refletir-se no orçamento e na atividade municipal. Iniciou-se, em 2025, a execução do sistema de esgotos na EN252, junto ao Portal Branco, Quinta das Asseadas e zonas limítrofes (Aires), a infraestruturização da Quinta do Canastra/Sobral – Rua Zeca Afonso (Terrim) e a ampliação da rede de esgotos domésticos no Bairro do Palmelão (Cajados), e concluiu-se a infraestruturização da Rua dos Amigos e da Rua da Lusitânia (Lagoinha), a ampliação e remodelação das redes de águas residuais na Rua do Transformador, 1.ª fase (também na Lagoinha) e a execução da rede de drenagem de águas residuais domésticas em várias ruas da Carregueira/Abreu Grande (Pinhal Novo). No que se refere ao sistema de águas

de abastecimento, o investimento incidiu, particularmente, na zona nascente, com intervenções de remodelação das redes no Bairro Margaça (Aqualva de Cima) e no Poceirão.

TURISMO E ECONOMIA LOCAL

No ano em que a Arrábida foi distinguida como Reserva da Biosfera da UNESCO, os três municípios concluíram o trabalho de parceria relativo ao Guia da Rede de Percursos Pedestres da Arrábida e ao sítio www.arrabidatrails.com, que inclui os quatro percursos pedestres de Palmela no Parque Natural. Os produtos de qualidade da região continuaram a ser as estrelas de diversas iniciativas promocionais, que valorizam o território e criam novas oportunidades de negócio e visibilidade para produtores e agentes locais. Além do certames que já têm lugar obrigatório no calendário, como o Festival Queijo, Pão e Vinho, a Mostra de Vinhos de Fernando Pó ou o Palmela Wine Jazz, das múltiplas iniciativas do programa "Palmela, Experiências com Sabor" ou da participação em feiras como a BTL, a Feira Nacional de Agricultura ou o Festival Nacional de Gastronomia de Santarém, merece referência o regresso do Festival do Moscatel ao centro da Vila de Palmela, com um programa eclético. A apresentação pública, em fevereiro, do projeto "Apaixone-se por Palmela – Experiências Segmentadas na Área Turística" marcou o arranque da campanha promocional multimeios que reúne uma centena de experiências, em parceria com 60 agentes turísticos e económicos do Concelho.

Na UFPM, a OIL impulsionou a capacitação de jovens e pessoas adultas, no desenvolvimento do seu projeto de vida e percurso profissional, destacando-se a conclusão de importantes projetos, como "Produção em modo sustentável como oportunidade de negócio", "Comida em casa - pequenos negócios familiares" ou "Desenvolvimento Pessoal e Emprego". Este trabalho culminou na formalização da rede de emprego Poceirão-Marateca e assinatura da Carta de Compromisso por 16 entidades, incluindo o Município e a UFPM, associações, empresas e academia, com vista a apoiar a formação e integração no mercado de trabalho de pessoas desempregadas ou em situação de vulnerabilidade.

ANÁLISE ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL

As receitas arrecadadas, cerca de 85,2 milhões de euros, correspondem ao valor mais alto do quadriénio 2022/2025 e apresentam uma taxa de execução de 95,9%. Comparativamente a 2024, as receitas aumentaram cerca de 16,7 milhões de euros, tendo contribuído para este aumento a execução extraordinária do IMT, das Taxas, Multas e Outras Penalidades, do Passivo Financeiro e de outras receitas correntes.

Os Impostos Diretos apresentam um valor de 39 milhões de euros e assumem, no seu conjunto, o maior peso, representando 45,8% do total da receita arrecadada. Em termos absolutos, verificou-se um aumento de cerca de 10,9 milhões de euros, relativamente a 2024.

As Taxas, Coimas e Penalidades apresentam um valor de 4,7 milhões de euros, o que representa 5,6% do total da receita arrecadada, o que resulta do aumento do licenciamento de obras no Concelho.

As Transferências Correntes apresentam um ligeiro acréscimo de 0,3% (mais 67 mil euros), tendo contribuído para este aumento as Transferências Correntes do Orçamento de Estado (mais 278 mil euros) relativos à transferência de receitas no âmbito e da Participação Fixa do IRS (mais 447 mil euros) e Fundo Social Municipal (mais 298 mil euros). Em sentido inverso, o Fundo de Equilíbrio Financeiro apresenta uma diminuição de 5,2% (menos 174 mil euros).

Relativamente à rubrica de Transferência de Competências, em 2025 foram recebidos cerca de 7,6 milhões de euros, aos quais foram deduzidos 553 mil euros, no âmbito do auto de transferência entre o Município de Palmela e a ARSLVT, relativo à transferência de verba do Município para a Unidade Local de Saúde Arrábida, E.P.E, para efeitos de compensação na fase de transição de despesas de apoio logístico e de recursos humanos, perfazendo um valor líquido cerca de 7,1 milhões, originando uma diminuição desta rubrica (menos 242 mil euros) face ao ano transato.

As Transferências de Capital apresentam um ligeiro acréscimo de 3% (mais 121 mil euros). Para esta situação, contribuiu o valor recebido em 2025 de projetos financiados pelos fundos comunitários.

Os Passivos Financeiros (receitas provenientes da utilização de empréstimos de médio e longo prazo contratados) registam o valor de dois milhões de euros arrecadados em 2025, enquanto que no ano anterior recebeu-se um milhão de euros.

No capítulo da despesa, foram efetuados pagamentos no valor de 77 milhões de euros (mais 7,9 % que em 2024), dos quais 44 milhões de euros afetos diretamente às Grandes Opções do Plano, ou seja, mais de metade do valor da despesa total paga é imputada às Grandes Opções do Plano. A taxa de execução de pagamentos foi de 79,4%.

As despesas com pessoal registam em 2025, comparativamente ao ano anterior, um acréscimo de 1,9 milhão de euros (+6,7%). Esta situação é resultante, no fundamental, da publicação, aplicação e operacionalização de vários diplomas legais de valorização de carreiras e atualização remuneratória, que impactam na atualização dos níveis remuneratórios da Tabela Remuneratória Única, bem como de outras medidas de valorização de carreiras gerais da administração pública e da aplicação das subidas de escalão, resultantes do SIADAP.

O valor global das remunerações certas e permanentes pagas em 2025 foi de cerca de 23,4 milhões de euros, enquanto que, em 2024, registou-se um valor de cerca de 21,8 milhões de euros. O pagamento do trabalho extraordinário e do trabalho efetuado em dia de descanso

semanal apresenta um acréscimo de 7,5%, passando de 838 mil euros em 2024, para 966 mil euros em 2025.

A Aquisição de Bens de Capital registou um aumento, face a 2024, de 7,5 %, em termos absolutos, (+795 mil euros), que se deve, essencialmente, ao volume de investimentos realizados, nomeadamente, na construção do Posto da GNR de Poceirão, da Unidade de Saúde de Quinta do Anjo e de várias empreitadas de pavimentação, repavimentação e requalificação de vias municipais, como a EM 533.

Na Aquisição de Bens e Serviços, registou-se um aumento de 2,7 milhões de euros (+13,1%), comparativamente a 2024. Este aumento resulta, no essencial, do aumento dos pagamentos à AMARSUL e SIMARSUL (+1,5 milhões de euros), aquisição de combustíveis e serviços de limpeza.

As receitas correntes foram superiores ao somatório das despesas correntes com a amortização média dos empréstimos a M/L prazo, dando cumprimento ao equilíbrio orçamental estabelecido na Lei das Finanças Locais.

No final de 2025, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, de um total de 5,1 milhões de euros, não existe qualquer valor de faturas em atraso, sendo este praticamente o valor correspondente às dívidas a fornecedores.

Na mesma data, estavam por receber de dívidas ao Município cerca de 3,2 milhões de euros, não estando incluídos neste montante receitas provenientes de impostos municipais, cujos dados ainda não é possível apurar com rigor.

Sobre a proposta Prestação de contas 2025, numerada DAFRH 02_08-26, intervêm:

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** menciona que, tal como em anos anteriores, o valor final do orçamento que de 97 milhões de euros, tendo ficado superior ao orçamento inicial (83 milhões de euros) em mais 14,4%, devido a transferências do estado, a fundos do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) e a cerca de 8 milhões de euros de saldo de gerência, que transita de uns anos para os outros que, tal como já referiu várias vezes, trata-se de dinheiro que chega mais tarde para servir o concelho.

Refere que os 14 milhões de euros a mais que totalizou no orçamento final, impactou nas despesas de capital, apenas +5,3 milhões de euros (23,3 milhões de euros versus 28,6 milhões de euros) face ao orçamento inicial, ou seja, naquilo que é o investimento, como obras ou aumento do património por exemplo, e muito mais em despesas correntes (que são as despesas operacionais), pois estas cresceram 9 milhões de euros em relação ao previsto inicialmente (59,7 milhões de euros versus 68,4 milhões de euros), das quais maioritariamente foram despesas de aquisição de bens e serviços correntes, que aumentaram mas 6,6 milhões de euros.

Da análise efetuada à composição da receita, assinala que se trata da mais alta do triénio, muito por conta de impostos como o IMT. Salaria que o valor de IRS que a Câmara Municipal arrecada continua a subir em relação a anos anteriores, mais 447.000€ que em 2024, o que indica que a taxa de devolução de IRS aos munícipes que o PSD todos anos propõe e que o executivo camarário chumba, poderia ser aplicável.

Relativamente à despesa, realça o facto de existir mais 900.000€ em despesas de capital (investimento) em relação ao ano 2024, o que considera ser importante, mas não deixa de assinalar que, no ano de 2024, existia menos cerca de 4,3 milhões de euros de capital em relação a 2023, tendo sido o valor mais baixo do quadriénio. Justifica esta situação com a referência efetuada no documento ao facto das despesas com aquisição de bens de capital, em 2025, registarem o 2º valor mais baixo do quadriénio. Refere que, no sentido contrário, as despesas correntes aumentam, no ano de 2025, cerca de 4,7 milhões de euros. Por estas razões, considera que o *"O carro pesado que consome muito, mas anda pouco..."*

Continua a sua análise ao documento de Prestação de Contas e salienta que a despesa paga tem uma taxa de execução de 79,4%, muito aquém dos valores desejáveis, a mais baixa desde 2012, situação que ainda é mais preocupante relativamente à taxa de execução das despesas de capital, que é de apenas 47,9%.

Em relação aos rácios, que constam na página 35, verifica o seguinte:

- O investimento/receitas totais que já era baixo em 2024 (15,4%), ainda desce mais em 2025, para 13,4%;
- Investimento Pago/Investimento Previsto que, em 2024, era de 71,4%, é agora de 49,4%.
- GOP Executado/GOP Previsto que, em 2024, era de 81,0%, agora baixa para 73,9%.

Observa que, nas GOP, existem várias rubricas que levam a que esta situação aconteça, sendo difícil de aceitar taxas tão baixas, em áreas importantes e vitais para a população e para o concelho, como são exemplos:

Nas funções sociais:

- Educação:
 - Construção/ampliação de parque escolar: 57,46% do que era previsto.
- Saúde: (57,77%), onde salienta:
 - Cooperação Institucional: 49,51%;
 - Programas e Projetos de Intervenção Social: 52,17%;
 - Redes e Parceiros: 39,37%.
- Habitação e Urbanismo foi executado 54,08% do que era previsto, onde salienta a Recuperação e Revitalização do Centro Histórico de Palmela onde foram executados apenas 40,29%.

- Saneamento concelho, apenas se concretizou do que estava previsto, 65,66%, nomeadamente:
 - Infraestruturação Geral: 44,61%;
 - Rede de Esgotos: 54,01%;
 - Outras Intervenções: 13,71%.

No seu entender tratam-se de taxas baixas de mais, em relação ao que era previsto, pelo que considera que ou não se consegue executar ou houve sobrevalorização dos montantes.

Continua a fazer referências a algumas taxas de execução, nomeadamente:

- Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza: 57,08%;
- Desporto, recreio e lazer: 58,52%;
- Programas e Projetos Municipais: 24,05%.

Nas funções económicas salienta apenas a rubrica melhorar a rede viária rural, porque a considera importante para o concelho. Recorda que, no ano de 2023, tinha uma concretização de 49,66%, em 2024, 53,57% e, em 2025, baixou ligeiramente para 51,14%, sendo metade do que foi previsto.

Resume a execução, realçando a taxa de execução do Plano Plurianual de Investimentos, de 49,4%. Faz referência ao ano de 2024, onde a taxa de execução foi de 71,43%, que já considerava ser má.

Constata assim que a prestação de contas e desempenho do ano de 2025 tem resultados piores os verificados no ano de 2024, ano que já havia considerado como o pior do quadriénio. Em termos práticos, pese embora a "bonita" introdução que é feita à prestação de contas questiona muito objetivamente:

- Quantos munícipes poderão afirmar que sentiram melhorias na recolha do lixo?
- Quantos sentiram melhorias na limpeza urbana?
- Quantos sentiram melhorias no arranjo das estradas municipais e aceiros?
- Quantos sentiram melhorias nos serviços municipais?

Conclui referindo que, mais uma vez, vão votar contra à prestação de contas.

O **Sr. Vereador Afonso Brandão** começa por referir que não irá se alongar porque acompanha tudo o que o **Sr. Vereador Roberto Cortegano** referiu. Transmite que, dos dados extraídos do relatório, conclui que existe uma incapacidade clara de executar, situação que é transversal a vários temas que já foram referidos. Considera a situação preocupante, pois se não fizerem diferente, para o próximo ano vão estar com a mesma incapacidade.

Salienta a contratação, onde não tem nada a opor, mas vê que as horas extras continuam a disparar. Salienta também o aumento bastante substancial dos pagamentos à Amarsul e à Simarsul, situação que, na realidade, não demonstra qualidade de serviço que esses dois

parceiros têm demonstrado nos últimos tempos, pelo que deixa a nota para uma colaboração mais apertada, no sentido dos mesmos fazerem o que é da sua responsabilidade.

Em relação à contratação pública e ao elevado recurso aos ajustes diretos, que foram em 2025 mais de 1500 com aquisições de bens ou serviços, refere que não é a favor dessa opção, pois demonstra um elevado volume de ajustes diretos, facto que pode sugerir fracionamentos na despesa ou falta de planeamento nas aquisições, pelo que gostaria de ver esses números diminuírem de forma consistente.

Face ao exposto, refere que irão votar contra a prestação de contas.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** menciona que a sua análise será mais na perspetiva da gestão do documento e dos instrumentos de gestão e que o **Sr. Vereador José Carlos Sousa** irá aprofundar aspetos mais incisivos sobre o documento.

Refere que as duas últimas intervenções vão um pouco no sentido do que preparou. Considera que a qualidade da gestão pública não se pode medir apenas em números, mas sim na forma como esses números são explicados, pelo que parte do princípio que alguns dos comentários efetuados pelos vereadores que o antecederam estão descontextualizados. Mais refere que existem questões que não dependem bem da autarquia e que fazer comparações ano após ano, não considerando contextos, como por exemplo com os anos de 2020 e 2021 (quando todos conhecem o contexto), os números não explicam tudo.

Transmite que o seu sentido, em relação aos números, não é fazer contraponto às outras bancadas, mas sim da população e do documento, porque quando a informação é clara, as pessoas tendencialmente confiam, quando explicada, compreendem e, quando assim é, participam. Considera que o presente documento é nesse aspeto muito denso, muito técnico, completo na arquitetura formal, cobre o essencial do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas, das demonstrações orçamentais, financeiras e inclui anexos relevantes de contratação administrativa, transferência, subsídios, dívidas a terceiros por antiguidade, saldos, encargos contratuais, entre outros. Observa que o documento explicita o cumprimento do equilíbrio orçamental, da lei dos compromissos dos pagamentos em atraso, apresenta informação sobre fundos disponíveis, prazo médio de pagamentos e pagamentos em atraso, o que reforça, no entender do Partido Socialista, transparência de base e a evidência da estabilidade financeira. Porém, considera que, no plano da exposição estratégica, da leitura de desempenho e da maturidade da contabilidade de gestão, o documento fica aquém. Explica que o documento cumpre a função de registo e de prestação, mas ainda pode crescer muito na função de interpretação e de apoio à decisão, sendo aqui que, no entender do Partido Socialista, estão as lacunas que, ao mesmo tempo, constituem uma maior oportunidade e margem de melhoria para o documento enquanto um instrumento de gestão.

Menciona que a primeira lacuna está na explicação das causas de quebra de execução em áreas chave – já referidas nas duas últimas intervenções – sobretudo na área do investimento. Refere que o documento mostra que o valor das GOP subiu para 59,6 milhões de euros, mas que a execução ficou em 44 milhões euros, pelo que a taxa de execução, de 73,9%, está abaixo do ano de 2024. Partilha que existem fatores que conseguem identificar no documento como os causadores dessa menor taxa. Identifica uma menor execução nas infraestruturas de água – vão ao pormenor de 3120 metros em 2024 e 79 metros em 2025 -, uma redução em estudos e projetos e uma quebra significativa na execução física de obras, pelo que o relatório apresenta os números, mas a explicação causal aparece pouco desenvolvida, nomeadamente quais os projetos que derraparam, o porquê da derrapagem, em que montante, porque motivos – contratação ou dificuldades na contratação -, financiamento do projeto, empreitada ou uma opção pública de reprogramação. Pretende que, no futuro, o relatório seja mais desenvolvido, também na contabilidade de gestão em articulação com o relatório de sustentabilidade, com uma secção própria de contabilidade de gestão, num custeio baseado na atividade (um sistema ABC – Activity-Based Costing), com centros de custo, critérios de imputação, quadros de gastos e rendimentos por centros de custo.

Identifica uma segunda lacuna, que está relacionada com a leitura da dívida e tesouraria em linguagem de gestão. Releva que, estando bem informados sobre o facto de não existirem pagamentos em atraso superiores a 90 dias, no final do quarto trimestre de 2025, e que é indicado um prazo médio de 19 dias, o que considera um dado positivo, observa que falta o enquadramento comparativo mais rico, nomeadamente uma narrativa mais ampla sobre a dívida e a execução, tal como:

- qual é o objetivo interno do Município?
- qual é a meta, qual é a tendência trimestral?
- qual a comparação com municípios de dimensão semelhante?
- e quando dualmente da dívida a fornecedores decorre apenas de calendário de faturação *versus* uma verdadeira pressão na tesouraria?

Aponta um terceiro aspeto a melhorar que se prende com o documento ser transparente ao admitir que o sistema não permite em todas as divulgações, mas para um leitor externo fica por esclarecer, que serviços já têm custos apurados, se existem custos por função, unidade orgânica, atividade ou serviço prestado. Questiona se já é possível usar alguma informação para suportar taxas, decisões, priorização de investimento ou avaliação de eficiência.

Pretende assim que exista uma prestação de contas mais desenvolvida na contabilidade de gestão e em articulação com o relatório de sustentabilidade.

Apresenta um quarto aspeto a melhorar, relacionado com a falta de um quadro síntese de desempenho por política pública. Refere que o relatório é muito rico em descrição de atividades, quase num modo de inventário, mas em vários capítulos falta a ponte entre recursos, atividade, resultados e impacto. Considera que é necessário melhorar a associação

entre a execução financeira, os indicadores de resultados e a articulação com a sustentabilidade, materialidade e desempenho sectorial, pois, no documento, a lógica aparece dispersa e não como uma "espinha dorsal".

Faz referência a uma quinta melhoria a integrar, que passa pela elaboração de um quadro comparativo plurianual com indicadores chave, com um *benchmarking* externo – prazo médio de pagamento, execução de investimentos, peso de despesas com pessoal, autonomia financeira, margem de endividamento e despesa por grandes funções, comparando Palmela com municípios de perfis semelhantes e com média nacional quando disponível.

Conclui que a prestação de contas se afirma como um documento sólido, rigoroso e essencial para garantir a transparência da ação municipal e o escrutínio democrático, mas o seu papel não se esgota na dimensão técnica ou institucional.

Realça que o desafio é dar o passo seguinte ao tornar a prestação de contas não só num exercício de mero reporte, mas como um verdadeiro instrumento de transparência ativa, compreensão pública e participação cidadã.

Termina que, pelo exposto, os eleitos do PS viabilizar a proposta.

O **Sr. Vereador Afonso Brandão** agradece ao **Sr. Vereador Pedro Taleço** o pedido aos serviços para o documento ser elaborado de outra forma, mas refere que a bancada do CHEGA não está muito interessada em perceber as justificações para não se ter feito, pois gostavam que todos usassem esse tempo para perceber como é que vão fazer diferente para o futuro e conseguir executar o investimento do valor que têm disponível para bem da população. Transmite que é isso que lhe interessa, porque considera que justificações são fáceis de dar.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** interrompe para afirmar que concorda, mas considera que se deve entender o contexto para se perceber onde se pode melhorar.

O **Sr. Vereador Afonso Brandão** ressalva que agradeceu o pedido de esclarecimento, porque é mais fácil entenderem o que vem no documento, mas reforça que o seu interesse está no que se vai fazer para conseguir. Deixa o desafio ao executivo para refletir como agora vai fazer diferente para que, em 2027, sejam apresentados melhores números.

O **Sr. Vereador José Carlos Sousa** refere que efetuou uma análise do documento exaustiva e começou por aquilo que foi aprovado em reunião de 4 de dezembro de 2024 – o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2025/2029 -, que foi a base de partida para a avaliação e análise que efetuou, sendo que estão, hoje, a prestar contas de um exercício em que a **Sra. Presidente** e o próprio não estavam, onde estavam somente a **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho**, o **Sr. Vereador Pedro Taleço** e o **Sr. Vereador Roberto Cortegano**, com a

batuta do presidente cantautor. Nessa perspetiva entende como relevante ainda a introdução que está no documento e que existe uma matéria sobre a qual não deveriam aprofundar, que está relacionada com o facto de – e vai ao encontro do **Sr. Vereador Afonso Brandão** -, afirmarem como “caso contrário, teria sido bem superior a execução ao orçamento”, pois isso deixa tudo em aberto. Admite que tem alguma dificuldade em perceber o que é esse “caso contrário” bem como em perceber, se a referência do **Sr. Vereador Roberto Cortegano** ao facto dos munícipes sentirem mais limpeza, mais segurança, melhoria na recolha do lixo e se o município estava mais presente, corresponde à verdade.

Transmite que, em função do que consta no documento, tem, por vezes, dificuldade em dar, nas diferentes áreas e com tantas ações, destaque, pois, todas elas ou em grande parte, ficam muito aquém do projetado.

Refere que se trata de um documento exaustivo, com 537 páginas, pelo que, dificilmente, pode ser efetuada uma pergunta que não esteja expressa no mesmo. Neste sentido, considera que, todos os que contribuem para o documento, estão de parabéns. No entanto, assume que, quando começam a esmiuçar as diferentes matérias, existe alguma dificuldade de perceção.

Menciona que o orçamento inicial era de 83 milhões de euros, tendo depois avançado para os 97 milhões de euros, sendo as Grandes Opções do Plano 50,7 milhões de euros, cerca de 60% do orçamento, dos quais – tal como afirmado pelo **Sr. Vereador Roberto Cortegano** – estavam afetas ao Plano Plurianual de Investimento 21,1 milhões de euros. Assinala que, das Grandes Opções do Plano, só foram pagos 44 milhões de euros, cifrando a taxa de execução nos 74%. Observa que as taxas têm de ter reflexo claro naquilo que é o serviço público, pelo que a questão que deve ser sempre colocada é se o serviço público que prestam vale os 74%, e se as pessoas sentiriam mais a presença, o apoio e a constância do Município, caso tivesse 100% de execução, facto que considera que sim.

Apona que, ao nível das despesas com pessoal têm 31,6 milhões de euros, com uma receita de 85 milhões de euros e uma despesa de 77 milhões de euros, sendo a despesa corrente a mais alta do quadriénio. Em relação à aquisição de bens e serviços de capital, com 14,8% do total da despesa, considera curto em relação ao essencial, sendo o segundo menor valor absoluto do quadriénio.

Nas funções gerais incide sobre o que são os seus pelouros e faz um pequeno exercício sobre as funções gerais na administração geral, com uma execução de cerca de 71,21% (5 milhões de euros) e ao nível das instalações municipais, onde existia a perspetiva de poder investir 1,5 milhões de euros, tendo concretizado 920 mil de euros. Faz referência à aquisição e reparação de máquinas e viaturas, que tinha em orçamento 850 mil euros e concretizaram 636 mil euros, assim como a aquisição de viaturas em locação financeira, com um valor em orçamento de 324 mil euros e uma concretização de 188 mil euros. Pelo supra referido, considera que não foi no ano de 2025 que as instalações municipais e que as viaturas municipais se degradaram, mas foi

um ano onde tiveram pouca ação para melhorar. Refere que foi muito fraca a vontade à “partida”, mas mesmo assim foi mais fraca ainda à “chegada”, porque nem a pouca dimensão do investimento que tinham de fazer, o conseguiram concretizar, facto que se sente todos os dias.

Efetua uma comparação dos valores previstos em orçamento com os valores pagos e com os maiores desvios em termos absolutos, e verifica nas rubricas de aquisição de bens de capital e na aquisição de bens e serviços, os passivos financeiros.

Realça que encerram o ano com 1255 trabalhadores e que o pagamento de horas extraordinárias é cerca de 980 mil euros, situação que não o leva a ter a leitura do **Sr. Vereador Afonso Brandão** sobre o tema, pois considera que existe muita atividade, o Município é muito grande, tem premência a vários níveis, o executivo e os serviços têm muitas solicitações, pelo que não vê o facto de 1% do orçamento ser para horas extraordinárias como demasiado gravoso. Apesar de, ainda assim, ser relevante, entende que cada um dos dirigentes fará o seu melhor, no sentido de prevenir aquilo que pode acontecer, antecipando para depois se perceber como se vai fazer.

Ainda relativamente aos trabalhadores, refere que são mais 51 do que em 2024, mais 54 que 2023 e mais 41 que 2022, pelo que observa que existe quebra na evolução positiva da eficácia do Município que está plasmada no relatório de acordo com a fórmula habitualmente utilizada.

Ao nível da despesa destaca os 77 milhões de euros, mais 7,9% do que em 2024, dos quais 44 milhões de euros são ajustados às GOP, com uma taxa de execução de pagamentos de 79,4%, e a questão do pessoal, com 1,9 milhões de euros, mais 6,7% que em 2024, assim como o trabalho extraordinário. Mais destaca a aquisição de bens de capital como o novo Posto da GNR de Poceirão, o Centro de Saúde de Quinta do Anjo, a Avenida dos Caminhos de Ferro e a Estrada Municipal 533 que ainda está por concluir, e a aquisição de bens de serviços, com mais 2,7 milhões de euros, onde a Amarsul, a Simarsul e as questões do combustível e da limpeza estão muito presentes e fazem moça, pelo que considera que têm de repensar a restante tarefa que têm em cima da mesa.

Ao nível dos acidentes em serviço, aponta uma questão que considera que deve ser exigente para todos, pois existe um acréscimo significativo, pelo que, cada um enquanto dirigente, tem de perceber o motivo de essa situação acontecer, nomeadamente se são questões de formação ou se do material que se utiliza, que têm, que é ou não distribuído. Observa que a preservação do bem-estar de cada um dos 1255 trabalhadores do Município deve ser colocado em cima da mesa, pois passaram de 57 acidentes em serviço para 78, onde se incluem os acidentes na atividade e os acidentes entre casa-trabalho (que são menores), sendo que a taxa de incidência desses acidentes passa de 4,7% para 6,2%, pelo que lhe parece importante haver uma atenção redobrada sobre a matéria.

Realça que os vereadores do Partido Socialista, fazendo parte do executivo, são também responsáveis pela demonstração orçamental, pelo que estão todos imbuídos da característica que está plasmada na página 328, conforme parágrafo 44 da NEPC (Notas de Enquadramento ao Plano de Contas).

Apresenta algumas conclusões relativas à evolução da despesa com os diferentes objetivos dos programas, nomeadamente:

- Serviços gerais da administração pública - Estava previsto 5,3 milhões de euros e foi executado 3.8 milhões de euros;
- Segurança e ordem pública - Estavam previstos projetos de 2 milhões de euros e foi executado 1,6 milhões de euros;
- Educação - Estavam projetados 7,8 milhões de euros e foram executados 6.2 milhões de euros;
- Saúde - Estavam projetados 2,4 milhões de euros e foram executados 1,4 milhões de euros;
- Segurança e ações sociais - Estavam projetados 1,4 milhões de euros e foi executado 1 milhão de euros;
- Ordenamento do território - Estavam projetados 8 mil euros e foram executados 2 mil euros;
- Urbanismo e habitação - Estavam previstos 1.8 milhões de euros e foi executado 1 milhão de euros;
- Saneamento - Estavam projetados 6 milhões de euros e foram executados 4 milhões de euros;
- Abastecimento de água - Estavam projetados 2,5 milhões de euros e foram executados 2 milhões de euros;
- Resíduos sólidos - Estavam projetados 9,2 milhões de euros e foram executados 8,8 milhões de euros;
- Proteção do meio ambiente e conservação da natureza - Estavam projetados 2,3 milhões de euros e foram executados 1,4 milhões de euros;
- Cultura - Estavam projetados 3,6 milhões de euros e foram executados 2,4 milhões de euros;
- Desporto, recreio e lazer - Estavam projetados 2,7 milhões de euros e foram executados 1,5 milhões de euros;
- Indústria e energia - Estavam projetados 2 milhões de euros e foram executados 1,8 milhões de euros;
- Transportes e comunicações - Estavam previstos 7,8 milhões de euros e foram executados 5 milhões de euros;
- Comércio e turismo - Estavam projetados 450 mil euros e foram executados 350 mil euros;

- Outras funções económicas - Estavam projetados 610 mil euros e foram executados 490 mil euros.

Pelo exposto, refere que, entre o previsto e o executado, estão mais 15 milhões de euros – quadros nas páginas 392 e 520 -, pelo que considera que falharam em muita coisa, em quase tudo, sendo mais nuns objetivos do que em outros.

Respondendo, de alguma forma, ao **Sr. Vereador Afonso Brandão** parece-lhe que têm, de ver, à medida que os meses correm, a capacidade e a condição que têm, quer de projetar, quer de realizar, pois, se não o fizerem em função do que são as capacidades alocadas a cada um dos departamentos e a cada uma das divisões, vão ter sempre essa dificuldade maior de concretizar mais, independentemente de existirem fatores externos, que por vezes fazem com que as execuções fiquem aquém do que seria a perspetiva e a vontade de cada um.

A **Sra. Presidente** menciona que, no início, não fez referência ao facto da responsabilidade política do documento não ser, em parte, dos que estão presentes, e sublinha que muito do trabalho se deve a um grande envolvimento de dirigentes e do conjunto dos trabalhadores da Câmara Municipal, pelo que lhes deve o reconhecimento. Dá nota e acompanha o que foi dito pelos Srs. Vereadores relativamente à qualidade do documento, mas, embora também gostasse de lidar com um documento mais simples, não se podem esquecer que estão perante um documento que tem ele próprio complexidade e orientação. Lembra que estão perante a Lei das Autarquias Locais, das obrigações e cumprimento a que estão votados em sede de contratação pública, em sede de prestação de contas de uma entidade pública e não de uma empresa.

Refere que, com todo o respeito pela lógica da contabilidade das empresas, que também têm os princípios da transparência e do rigor, dificilmente se compara com as necessidades da contabilidade pública e particularmente no caso das autarquias locais. Recorda que se associa às dificuldades da Prestação de Contas numa autarquia local a complexidade, diversidade e multiplicidade de funções que são exercidas nas autarquias locais, que é totalmente diferente mesmo quando estão a falar de entidades públicas e de um instituto que tem uma única função. Realça que uma autarquia cobre tudo – águas, escolas, esgotos, eletricidade, recolha de lixo, cultura, desporto e educação. Reforça que também gostava de ter um documento mais simples, sem ser tão descritivo, e assume que podem fazê-lo no futuro pois estão sempre disponíveis para melhorar, devendo ser sempre esse um objetivo coletivo. Menciona que, se conseguirem dizer o mesmo por menos palavras e menos folhas, estão todos de acordo. Assume que pode ser um objetivo e que irão avaliar a possibilidade, pois considera que o importante a sublinhar é a dimensão e a complexidade das funções das autarquias locais.

Refere que no relatório existe a opção pela descrição que considera ser transparência, afirmando que não há nada que se questione que não esteja no documento, dado que considera ser muito relevante do ponto de vista da qualidade do próprio documento.

Enfatiza que não é confortável, dá trabalho ler e digerir e se quiserem ter uma síntese dá trabalho. Reforça que está tudo no relatório e que é um mérito que não devem desvalorizar, porque, independentemente das muitas competências que estão acometidas a todas as autarquias locais, nem todas fazem dessa forma, pelo que devem valorizar esse método e o facto de se trabalhar com transparência, querendo demonstrar tudo o que se faz e como se faz.

Observa que se trata de um sinal positivo de transparência que devem valorizar, independentemente dos resultados finais, nem sempre, serem os melhores do ano ou do quadriénio.

Destaca o facto do prazo médio de pagamento ser em 19 dias e questiona quantas empresas cumprem com esses prazos, situação que, seguindo lógica da métrica sugerida pelo **Sr. Vereador Pedro Taleço**, é das que deve ficar clara.

Quanto à questão dos sistemas multimunicipais onde se enquadram Amarsul e Simarsul esclarece que a mesma é diferente, pois tratam-se de faturas que têm um peso brutal no orçamento, pelo facto de serem serviços que ocupam uma fatia dos recursos municipais exponencial. Lembra que, por vezes, ora da parte do Governo ora da parte das empresas, é apontada que a responsabilidade em matéria de recolha e resíduos e tratamento de resíduos é dos municípios, mas todos se esquecem que não foram os municípios que escolheram o modelo para recolher e tratar os resíduos, pois, caso os mesmos tivessem tido a oportunidade de escolher o modelo, não estaria a funcionar desta forma, nomeadamente com os níveis de desempenho que a Amarsul vai revelando, o que leva a manifestar, várias vezes, a sua insatisfação e inconformação com a realidade da situação dos resíduos no concelho.

Assume também que não estão conformados com a realidade do desempenho interno, porque continuam a ter muitas viaturas avariadas que comprometem o desempenho e a forma como se trabalha. Refere que não estão conformados e querem fazer melhor e considera importante sublinhar que existe uma evolução muito significativa para as soluções de recolha que ainda não existem em alguns municípios e já existe em Palmela, como a recolha mais seletiva dos bioresíduos, recolha porta-a-porta. Não se podendo comparar com os maiores concelhos e com concelhos mais urbanos, como o caso de Lisboa ou Oeiras, considera que podem comparar com concelhos da dimensão e características mais próximas ao concelho de Palmela, pelo que se deve valorizar o trabalho que se vem fazendo, embora não estejam satisfeitos com a situação.

Concorda com a questão das despesas correntes e justifica que cada novo equipamento que colocam em funcionamento aumenta as despesas correntes, assim como cada intervenção da autarquia em novas áreas, como é o caso da saúde, pois é necessário pessoal para dar resposta a essas competências e ao conjunto das responsabilidades do Município, facto que continua a significar um peso numa rubrica que não é considerada investimento, que são as remunerações certas e permanentes, que não vão aliviar.

Admite que é possível fazer algumas poupanças e cada um deve fazê-lo nas áreas de que são responsáveis para procurar melhorar, mas tem muitas dúvidas de que possam baixar as despesas correntes. Sobre as horas extraordinárias, refere que acompanha o que já foi mencionado pelo **Sr. Vereador Carlos de Sousa**, pois é muito difícil, porque só têm capacidade de responder aos pedidos com recurso ao volume de horas extraordinárias. Esclarece que, se não existirem horas extraordinárias, torna-se impossível satisfazer o conjunto de pretensões e de apoios que o Município dá a todo o território, desde apoios logísticos, a trabalho de muita gente, de muitas iniciativas, o que lhe parece difícil assumirem qualquer compromisso no sentido de baixar esse valor, porque deixam de cumprir funções. Alerta igualmente que para os reforços que estão a fazer em matéria de pessoal irá aumentar as despesas com pessoal e dá nota que necessitam de todos os reforços, mesmo não estando, ainda assim, a colmatar todas as necessidades.

Não acompanha a opinião partilhada pelo **Sr. Vereador Afonso Brandão** sobre o recurso aos ajustes diretos e apela para que não exista a mínima dúvida que a Câmara Municipal recorre a este procedimento na medida do que a lei permite e até sugere, pois os procedimentos concursais são muito complexos, demorados e longos. Realça que, hoje em dia, têm uma realidade, em termos de mercado de trabalho, seja para a contratação de pessoas, seja para contratação de serviços, empreitadas ou aquisição de bens, que lhes deixam frequentemente procedimentos desertos e ter que os repetir. Pelo exposto, acredita que, se ainda assim vão dispensar a prerrogativa de utilizar os ajustes diretos – com toda a transparência, porque existem mecanismos e formas de controlo a que estão obrigados -, ficam ainda mais com a tarefa mais difícil e complexa.

Quanto à questão dos atrasos nos concursos públicos, partilha que tem algumas dúvidas em saber como se ultrapassa, e que tecnicamente já discutiu o assunto na Área Metropolitana de Lisboa, nomeadamente com a regra de continuarem muito amarrados à defesa do menor preço. Menciona que compreende a situação, pois salvaguarda o desperdício dos recursos públicos, mas, por outro lado, tem de trabalhar em conjunto para encontrarem critérios que seja viáveis e verificáveis, que não os amarrem ao preço mais baixo, porque, frequentemente, trabalham com prestadores que não cumprem e não correspondem, sendo essa uma das grandes brechas do exercício do serviço público. Reforça que estão confinados a adjudicar ao preço mais baixo, seja ele qual for, situação que, frequentemente, os deixa “descalços”. Considera que se torna muito difícil continuar com a lógica da legislação na prestação de serviços públicos.

Passa a palavra à **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho**.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** dá nota que, em relação aos concursos, o Município de Palmela tem uma prática que não é tida em conta em todos os municípios, pois existem procedimentos que não obrigam a concurso público e os submetem por uma questão de transparência.

Refere que irá englobar todas as questões das áreas que, apesar não ter acompanhado no mandato anterior, lhe dizem respeito atualmente. Para que não fique a ideia de que falharam e que tudo o que consta no relatório como não executado se deve a falta imputável aos serviços ou aos eleitos das áreas, esclarece quais os motivos, pois só caracterizando é que podem concluir se existe alguma situação a melhorar pelos serviços, no desempenho dos eleitos ou dos dirigentes ou se estamos perante fatores externos, aos quais não há possibilidade de melhorar. Considera que existirão sempre ineficiências e que podem sempre melhorar, mas apela para que não fique o registo de que falharam e que tal se deva aos eleitos, aos dirigentes e às suas equipas técnicas.

Relativamente à DCDJ – Departamento de Cultura, Desporto e Juventude, dá nota que a maior parte dos índices que foram referenciados não se devem à não execução dos seus programas, obras ou ações, mas quase tudo à transição financeira, como por exemplo na área do desporto, dos projetos e programas, pelo que só caracterizando é que podem perceber se existe matéria a melhorar. Apresenta os seguintes exemplos:

- Recuperação e valorização da Ruína de São Pedro, na área da museologia - Tem uma percentagem de 0,7%, tendo o concurso ficado deserto, sem condições para realizar um novo concurso em virtude dos prazos do PRR, pelo que se trata de uma questão que não dominam, pois é o mercado a funcionar e nenhuma empresa apresentou a candidatura;
- Reabilitação da cobertura da tenda da Salgueirinha - Dá nota que a execução da obra física foi efetuada, estando a obra concluída. Refere que existiu uma transição financeira pelo facto existirem faturas que foram entregues no final do ano, pelo que a unidade orgânica não teve capacidade para fazer o pagamento atempadamente;
- Requalificação do edifício da sede do Grupo Desportivo de Águias da Aroeira – Transmite que se trata de um equipamento desportivo e da rubrica do movimento associativo, com obra concluída e o pagamento transitado para 2026, pelo que não está nas mãos do Município fazer melhor;
- Requalificação do edifício sede da Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó - Obra concluída também com o pagamento transitado para 2026;
- Requalificação do polidesportivo da Escola Básica de Cajados – Informa que o projeto de execução não foi concluído, sem condições para avançar para concurso de empreitada considerando os prazos do PRR, justificado com a equipa projetista;
- Requalificação dos balneários do Pavilhão José Silvério – Partilha que o projeto se encontra concluído, estando também em causa o pagamento e não a execução física;
- Requalificação das instalações do Clube Desportivo Águas de Moura – Informa que a obra está em curso, mas com atraso e o pagamento transitado para 2026;
- Apetrechamento do Centro Comunitário de Águas de Moura – Dá nota que a aquisição do equipamento transitou para o ano de 2026;

- PRR de Cajados – Teve ação executada e paga parte em 2025, transitando o pagamento para o ano de 2026.
- Sobre o valor mencionado no desporto, esclarece que grande parte dos programas desportivos e as ações foram efetuados e executados, com elevado nível de execução, e realça que está incluída uma verba a obra a pista simplificada de atletismo, que contribui para os 545 mil euros não executados – concursos desertos

No capítulo do associativismo, esclarecer que os pagamentos transitados para 2026, são de execução financeira e não dizem respeito à execução das ações.

Reforça assim que, desta forma, está esclarecido que existe execução de obra, não existindo, em alguns casos, execução financeira que está devidamente justificada.

Relativamente à educação, dá nota do seguinte:

- Requalificação EB de Salgueiro Maia- Obra executada, fatura transitada para pagamento em 2026 o que se reflete na execução financeira e nos números referenciados;
- Requalificação da EB de Aires - Obra executada com faturas transitadas para 2026;
- Requalificação do Logradouro da EB Alberto Valente – Existência de pedidos de alteração do projeto, que justifica os atrasos na sua concretização e o não pagamento na totalidade em 2025, transitando para 2026;
- Escola Secundária de José Saramago - Atraso de entrega de materiais. Questiona como o Município pode controlar e fazer melhor quando a entrega de materiais reflete os problemas de mercado.
- Requalificação e modernização da EB Hermenegildo Capelo - Revisão de projetos e deliberação de sondagens que levou a atrasos na execução, conservação e encargos com instalações;
- Projetos socioeducativos, promoção do sucesso educativo, formação para docentes - Cabimentados em 2025, as faturas transitaram para 2026, pelo que a ação foi concretizada, à exceção do pagamento;
- Transportes escolares e vigilância – A verba não executada deve-se aos dias de greve, pois não se pagam os transportes nesses dias, tal como acontece com as refeições.

Na saúde, apesar de não ter acompanhado nem acompanhar atualmente esta área, esclarece a percentagem de execução se deve à transição de faturas e apresenta alguns exemplos:

- Unidade Móvel de Saúde - Foi tudo realizado e não existe nada a melhorar. A situação diz respeito novamente à execução financeira e ao atraso do visto do Tribunal de Contas;
- OIL promoção da saúde – Foi realizada a corrida e caminhada Trilhos da Marateca, cabimentada em 2025, mas pagamentos foram somente efetuados em 2026;

- Empreitada da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Águas de Moura – Verifica-se a transição do pagamento da fatura para o ano de 2026;
- Empreitada da Unidade de Saúde Personalizados de Poceirão – Constata-se o atraso na execução da obra, situação que se deve aos empreiteiros. Refere que os 90 mil euros que transitaram para o ano de 2026 refletem um baixo nível de execução, mas a obra está em curso, pelo que esta situação diz respeito, também, à transição financeira.

No que concerne à Segurança e Ação social, faz as seguintes referências:

- Empreitada do Jardim de Infância A Cegonha – Centro Social de Palmela – Verifica-se o atraso na obra devido às más condições climatéricas, facto impossível de controlar;
- Teleassistência OIL – Existência de execução técnica, mas não financeira, verificando-se também um valor excessivo em relação ao que era necessário;
- Cabaz Solidário - Entrega de cabazes realizada em dezembro, tendo o pagamento transitado para o ano de 2026;
- Gabinete de Apoio à Vítima – A verba está a zero, pois a entidade contratualizada revogou o contrato.

No capítulo da habitação, apresenta os seguintes exemplos:

- Construção de 21 fogos da Rua Hermenegildo Capelo, em Águas de Moura – Refere que é do conhecimento geral que o procedimento ficou deserto, pelo menos 3 vezes, estando finalmente adjudicado e em curso, tendo a verba transitado para o ano de 2026;
- Estratégia Local de habitação – Informa que diz respeito à fração habitacional de um fogo numa rua em Palmela, justificando-se a situação pelo facto do preço base ter sido adjudicado por um valor inferior, tendo resultando em verba sobrança;
- Estratégia Local de Habitação num outro fogo na Rua Contra-Almirante Jaime Afreixo - Atraso no arranque da obra da responsabilidade do empreiteiro;
- Existência de outros valores não executados ao nível da realização de projetos de construção que dizem respeito à aprovação de projetos da responsabilidade dos projetistas, o que leva ao atraso na obra.

Quanto a algumas intervenções em edifícios municipais, informa o seguinte:

- Requalificação do salão nobre dos Paços do Concelho – Devido ao atraso na entrega de documentação na tesouraria e na publicação, em Diário da República, dos índices necessários para o cálculo da revisão de preços, a qual também não conseguem controlar, a verba para pagamento transitou para ano de 2026, tendo, no entanto, a obra já sido concluída;
- Edifício Palmela Conquista - O concurso ficou deserto, tendo sido depois reforçado o valor, pelo que o concurso foi agora novamente lançado e a obra já foi adjudicada;

- Requalificação do edifício da GNR - Reitera que esta situação está relacionada com o abandono da obra por parte do empreiteiro, onde a Câmara Municipal não efetuou o último pagamento, sendo essa a justificação para transitar para o ano de 2026;
- Arranjo paisagístico do Largo do Chafariz – Refere que se trata de uma intervenção onde também sobrou verba, estando o projeto concluído, não existindo qualquer ineficácia do serviço, pois existe valor que não foi necessário utilizar.

Em relação ao Centro Histórico de Palmela partilha que a situação é idêntica, existindo obra concretizada com transição de pagamento. Dá como exemplo as obras do FIMOC (Financiamento Municipal de Obras de Conservação), onde anualmente é inscrita uma verba e nem sempre é esgotada, pois está relacionada com a dinâmica dos particulares e dos prazos do desenvolvimento dos procedimentos. Transmite que a verba chegou para os pedidos recebidos em 2025, existindo pedidos a entrarem no ano de 2025, mas que só vão ser concluídos no ano de 2026, pelo que o pagamento transita de ano.

Ainda no âmbito do Centro Histórico de Palmela sublinha a importante estratégia que o Município está a adotar com a aprovação da ARU (Área de Reabilitação Urbana) que, com a sua operação de reabilitação urbana, tem dado os seus frutos, tal como o FIMOC, onde têm 401 requerimentos entrados em 2025, comparativamente aos 252 de 2024, com mais aprovações de projetos de arquitetura, mais licenças emitidas e mais obras a decorrer. Dá nota que existem obras a decorrer que não ocupam o espaço público, porque, hoje em dia, há a possibilidade de fazer por via aérea, pelo que se verifica muita conservação que não vem refletida nos números de ocupação de espaço público. Salaria que existem menos prédios devolutos, situação que considera importante que esteja presente, pois comprova a existência de dinâmica, que se deve à estratégia que o Município tem adotado, com a discriminação positiva no que são as taxas urbanísticas, na redução do IMI, no programa do FIMOC, mas também no que são as políticas para a juventude, que se verifica também através da discriminação positiva do FIMOC, no caso de arrendamento jovem ou quando o requerente/proprietário é jovem até aos 35 anos.

Observa que existem também números que deviam de ser referidos como positivos, como as certidões de localização em ARU, onde os pedidos são muito exponenciais, o que significa que as pessoas sabem que existem discriminações positivas e é prova de vontade em reabilitar. Realça que, em relação ao Centro Histórico, as congregações de todas essas políticas têm dado os seus frutos e o investimento que a autarquia tem feito na melhoria do estado de conservação e por parte dos particulares, com as discriminações positivas, têm reflexo nos números.

Sobre a Amarsul e em complemento ao que foi partilhado pela **Sra. Presidente**, a **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que, a partir do momento em que a gestão passou a ser privada, os lucros da empresa deixaram de ser reinvestidos tal como acontecia em anos de gestão pública que servia para melhorar o serviço e a prestação de serviço à comunidade, facto

que hoje não se verifica. Por esse motivo, considera que têm vindo a assistir a uma degradação gradual da empresa. Alerta que, sempre que existe um investimento por parte da empresa o modelo financeiro, está a lançar mão, sobretudo sobre a tarifa, quando existem mais duas fontes de receita - a venda de energia e o retorno dos recicláveis.

A **Sr. Presidente** agradece as intervenções e passa à votação.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria com os votos a favor da CDU e o voto de qualidade da Sra. Presidente, os votos contra do PSD e do CHEGA e a abstenção do PS. Aprovado em minuta.

Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos

Divisão de Águas

Pelo **Sr. Vereador Paulo Garcia** cumprimenta todos os presentes e apresenta a seguinte proposta:

PONTO 7 – Protocolo de cooperação entre a S. Energia, a ENA e a Câmara Municipal de Palmela para a implementação da Medida Eficiência H2O no âmbito do PPEC 2020-2021 (7.ª edição) da ERSE

PROPOSTA N.º DASU_DA 01_08-26:

«O Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia (PPEC) é um instrumento de apoio e desenvolvimento de projetos de eficiência energética, concebido no âmbito da regulação económica e que a lei acolheu e consagrou como medida de política pública, com o objetivo de promover a eficiência no consumo de energia elétrica e de gás natural.

A medida “EficiênciaH2O — Eficiência Energética nos Sistemas de Bombagem de Água (SENERGIA_TCO2)”, insere-se no âmbito da 7.ª edição do PPEC, a qual visa objetivamente a eficiência dos sistemas de bombagem através da substituição dos equipamentos – grupos eletrobomba – obsoletos, por equipamentos mais modernos e eficientes.

Este projeto de eficiência energética, aprovado e cofinanciado pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), tem como promotor a S. ENERGIA - Agência Regional de Energia para os concelhos do Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete, com a participação da Agência de Energia e Ambiente da Arrábida (ENA).

Para efeitos de participação na candidatura a esta medida foram identificados e priorizados, um conjunto de equipamentos, nomeadamente diversos grupos eletrobomba respetivas instalações, que integram o sistema municipal de abastecimento público de água, que carecem de beneficiação e substituição.

Da análise aos dados de exploração disponibilizados pelos serviços municipais, visitas técnicas e auditorias energéticas, entretanto efetuadas nas instalações municipais em questão pelas duas agências de energia, procedeu-se à seleção final dos equipamentos a substituir. Desta conjuntura resultou a apresentação da proposta técnica e investimento final para a substituição de quatro grupos eletrobomba, dois na estação elevatória / ETA da Biscaia e dois na estação elevatória de S. João, em Palmela.

O valor total do investimento é €46.500,00 (quarenta e seis mil e quinhentos euros), acrescidos do IVA, dos quais €33.700,00 (trinta e três mil e setecentos euros), acrescidos do IVA, são suportados pelo Município de Palmela, na qualidade de beneficiário, sendo o montante financiado pela medida, de €12.800,00 (doze mil e oitocentos euros).

Esta ação está em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas: Objetivo 11 – Tornar as cidades e as comunidades inclusas, seguras, resilientes e sustentáveis e Objetivo 13- Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.

Assim, considerando que estão cometidas aos municípios, atribuições ao nível da energia, do ambiente e saneamento básico, ao abrigo do disposto nas alíneas b) e k) do n.º 2 do artigo 23º e na alínea f) do n.º1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a aprovação do protocolo, em anexo, tendo em vista garantir as ações concretas a desenvolver na aplicação da Medida EficiênciaH2O — Eficiência Energética nos Sistemas de Bombagem de Água (SENERGIA_TCO2), cujo promotor é a S.ENERGIA, aprovado e cofinanciado pela ERSE no âmbito do PPEC, na sua 7ª edição.

Código Orçamental: 03.02/07.01.10.02
Código GOP: 2.4.4.03.013 2016 I67
Cabimento Nº: 1340 / 2026»

Sobre a proposta Protocolo de cooperação entre a S. Energia, a ENA e a Câmara Municipal de Palmela para a implementação da Medida Eficiência H2O no âmbito do PPEC 2020-2021 (7.ª edição) da ERSE, numerada DASU_DA 01_08-26, intervêm:

O **Sr. Vereador Paulo Garcia** complementa a proposta esclarecendo que o protocolo tem como objeto estabelecer o âmbito e os objetivos da colaboração, a concretizar no domínio da eficiência energética, relativamente a ações concretas a desenvolver na aplicação da Medida EficiênciaH2O — Eficiência Energética nos Sistemas de Bombagem de Água, cujo promotor é a S.ENERGIA, estando aprovado o cofinanciamento pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos no âmbito do plano de promoção de eficiência do consumo de energia elétrica 2022/2024 na sua 7.ª edição. Realça que os trabalhos a desenvolver no âmbito do presente protocolo se centrar-se-ão nos seguintes objetivos: validação do levantamento prévio dos equipamentos e das intervenções a realizar em sistemas de bombagem de água, assegurando que se mantêm as condições e pressupostos económicos e energéticos da avaliação prévia que deu origem à candidatura, com vista à melhoria de eficiência energética; validação das

oportunidades de melhoria nos sistemas de bombagem de água, da responsabilidade da Câmara Municipal de Palmela; seriação, análise e seleção dos equipamentos e das intervenções a realizar nos sistemas de bombagem de água com vista à melhoria da sua eficiência energética; desenvolvimento dos procedimentos de contratação e aquisição dos equipamentos com vista à melhoria da eficiência energética dos sistemas de bombagem de água selecionados; fornecimento e instalação dos equipamentos para as intervenções a realizar; acompanhamento do processo de instalação; gestão e encaminhamento para destino final adequado dos equipamentos sem possibilidade de reutilização a serem substituídos; monitorização resultante do plano de medição e verificação dos resultados obtidos com medição de desempenho dos equipamentos nas intervenções preconizadas ao nível da melhoria de eficiência energética; divulgação dos resultados da Medida Elaboração do portfólio digital de forma a exponenciar o efeito multiplicador da medida, sendo que, no final da mesma, será produzido um portfólio das intervenções efetuadas e dos resultados obtidos, a ser disponibilizado em versão digital a todos os potenciais interessados.

Refere que, na Cláusula 5.^a, de acordo com as regras do PPEC, no que concerne ao financiamento das tarefas a desenvolver durante a implementação da Medida Eficiência H2O, incluindo a aquisição, instalação dos equipamentos preconizados com vista à melhoria da eficiência energética nos sistemas de bombagem de água identificados e referidos na alínea a) da cláusula 4.º, será o primeiro outorgante a S.ENERGIA, o promotor do projeto responsável pela aquisição e instalação dos mesmos, comprometendo-se o a Câmara Municipal de Palmela, na qualidade de terceiro outorgante, a adquirir os referidos componentes ao primeiro outorgante pela diferença entre o valor real dos componentes, instalação e cofinanciamento da ERSE e a acompanhar a sua instalação nos sistemas de bombagem identificados, pelo que o protocolo em causa tem um valor máximo de 33.700€, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Conclui que o protocolo irá permitir uma poupança energética na ordem dos 18% na Biscaia e nos 20% na Estação de São João.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que não tem nenhuma questão a colocar em relação a este assunto, pois acolhem todas as matérias que promovam a eficiência energética. No entanto questiona a escala da intervenção, ou seja, escala do investimento. Menciona que estão a falar de duas estações de bombagem e que ficam a faltar muitas outras, pelo que questiona se o modelo é replicável, não obstante de não existir financiamento. Transmite que, numa perspetiva simples, 33 mil euros não é um valor proibitivo, mas não conseguiram perceber, em montante, quais as percentagens de eficiência energética de poupança prevista. Menciona que, pelos 18%, consegue ter a ideia que é relevante e que o *pay back* dos 33 mil euros, mesmo sendo financiamento externo, pode sugerir que é interessante fazer um investimento municipal diretamente, com o respetivo retorno em poucos anos.

Acrescenta que está previsto que os lotes a serem preparados para a produção de autoconsumo passem a servir as estações de bombagem. Crê que as duas medidas aliadas podem “esticar” bastante, porque se centrarem o preço do kilowatt/hora – a preço atual, que ronda os 7 a 9 Kilowatt/hora, durante do dia - e alterar também o chip das bombagens durante a noite para aproveitar o bi-horário e passar a fazer durante o dia para aproveitar o autoconsumo.

Menciona ainda que, segundo a sua experiência, faz-se uma candidatura e, caso não exista outra, a intervenção para. Nesse sentido, desafia a fazer-se uma programação para todas as estações de bombagem, se percebe o que se pode poupar com esse investimento e em quanto tempo. Paralelamente assume que os serviços do GAEE (Gabinete do Ambiente e Eficiência Energética) também estão disponíveis para fazer o cruzamento da poupança estimada pela introdução dos painéis solares em produção fotovoltaica, maximizando os custos de bombagem, que são os centros de custos principais em termos de energia da Câmara Municipal.

Transmite que vão votar favoravelmente a proposta, porque se trata de uma medida positiva. Manifesta a preocupação de não se perder a perspetiva das restantes estações, de forma a poderem maximizar e poupar em termos de energia.

O **Sr. Vereador José Carlos Sousa** refere o facto de existirem mais centrais de bombagens que não vêm no protocolo. Parte do pressuposto que, quando fazem um protocolo, tem de ser bom para todos. Assinala que, embora não considere que o presente protocolo não seja bom para a autarquia, vão pagar 72% do valor, montante que é significativo. Acha o protocolo interessante, mas realça que existiu um conjunto de equipamentos que foram preteridos para os dois referenciados – Biscaia e São João. Transmite que esperava um pouco mais das entidades, no sentido de lhes retirar aquilo que é a parcela que têm de investir à cabeça, não sabendo, contudo, quanto é que significa e se são relevantes, em termos financeiros, os 18% e os 20% que são referidos. Conclui referindo que não será pelo valor que se vai deixar de ter as centrais a funcionar nos outros lados.

O **Sr. Vereador Afonso Brandão** informa que acompanham a medida e o raciocínio do **Sr. Vereador Pedro Taleço**. Pensa que deviam investir na proposta que foi lançada e solicita que, futuramente, seja referido, em substituição da percentagem, o valor em dinheiro, pois é mais fácil de entender.

O **Sr. Vereador Paulo Garcia** concorda com a proposta que o **Sr. Vereador Pedro Taleço** apresentou, pois parece-lhe exequível. Assume que podem trabalhar nesse sentido entre os serviços.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Cultura, Desporto e Juventude

Divisão de Bibliotecas e Património Cultural

Pela **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 8 - Preço de Venda das Atas sobre Ordens Militares

PROPOSTA n.º DCDJ_DBPC 01_08-26

«Na sequência da realização, em 2023, do IX Encontro Internacional sobre Ordens Militares - As Ordens Militares. Do Convento e da Guerra para o Mundo - dá-se seguimento à publicação dos estudos apresentados, numa obra em dois volumes, com o mesmo título.

Tal como se procedeu relativamente aos Encontros precedentes, o Município de Palmela prossegue o seu papel de promotor da investigação e divulgação dos estudos históricos sobre Ordens Militares, tanto para um público especializado como para o público em geral, papel de enorme valia, que tem sido reconhecido internacionalmente.

A publicação será apresentada no dia 18 de abril de 2026, às 18:00, no âmbito do 21.º Curso sobre Ordens Militares.

A produção em gráfica dos 600 exemplares da obra foi adjudicada pelo valor de € 6.980,00 (seis mil, novecentos e oitenta euros), Iva incluído, destinando-se uma parte a oferta às/aos autoras/es dos estudos incluídos na obra, bem como às bibliotecas municipais e escolares do concelho de Palmela.

A fim de se proceder à venda da publicação, ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que a Câmara Municipal, aprove o preço de € 12,00 (doze euros) para venda ao público de cada exemplar (2 volumes), e de € 6,00 (seis euros) como preço promocional no dia de lançamento (18 de abril), ambos os valores com IVA incluído.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Cultura, Desporto e Juventude

Gabinete do Associativismo

Pela **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 9 – Atribuição de apoios não financeiros ao movimento associativo cultural, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo - ratificação

PROPOSTA n.º DCDJ_GA 01_08-26

«A Associação das Festas de Palmela – Festa das Vindimas veio solicitar a cedência do “Foyer” do Cine-Teatro São João, para o dia 08 de abril de 2026, entre as 20h00 e as 00h00, para a realização da Tomada de Posse dos Novos Órgãos Sociais, bem como a disponibilização de apoio técnico e de meios audiovisuais necessários ao ato da tomada de posse.

Foi confirmada a viabilidade de cedência do referido equipamento cultural e dos meios solicitados, pela Divisão de Ação Cultural.

Assim, tendo em conta a manifesta urgência na tomada de decisão, propõe-se que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3, do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e ao abrigo da alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º do mesmo Regime e do n.º 1, do artigo 27.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização dos Equipamentos Culturais Municipais, ratifique o despacho da Senhora Presidente da Câmara, proferido em 07/04/2026, conforme documento que se anexa.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 10 – Atribuição de apoios não financeiros ao movimento associativo cultural, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo

PROPOSTA n.º DCDJ_GA 02_08-26

«Considerando que:

- o Município de Palmela, tem atribuições no domínio da cultura, dos tempos livres, do desporto e da promoção do desenvolvimento, apoia iniciativas que promovam a prática desportiva e cultural como instrumentos para melhorar a condição física, qualidade de vida e saúde das/os cidadãs/ãos, nos termos das alíneas e) f) e m) do n.º 2 do artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
- compete à Câmara Municipal deliberar sobre os apoios a entidades legalmente constituídas e atividades de interesse social, cultural, educativo, desportivo e recreativo, conforme disposto nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º RJAL, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
- a autarquia valoriza o movimento associativo cultural, desportivo e juvenil, considerando-o estratégico para uma atitude participativa e inovadora, e para a política sociocultural

municipal, desenvolvida em parceria com associações desportivas, juvenis, culturais e artísticas;

- no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo (RMAA), foram apresentadas candidaturas pelo movimento associativo, as quais, uma vez analisadas, demonstraram cumprir os critérios definidos nas alíneas a) a r) do artigo 16.º do referido regulamento.

Propõe-se, ao abrigo do disposto nas alíneas e) e f) do n.º 2 do artigo 23.º e nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do RJAL, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que a Câmara Municipal aprove os apoios constantes dos quadros seguintes:

1. Apoio destinado a deslocações das associações culturais:

ASSOCIAÇÕES	ATIVIDADE	APOIOS A ATRIBUIR	DATA da DESLOCAÇÃO	ESTIMATIVA de CUSTOS
"Bardoadá" O Grupo do Sarrafo	Participação no Encontro Internacional de Gigantones, em Braga	Cedência de autocarro para 50 pessoas	20 e 21/06/2026	€ 1.870,00
Rancho Folclórico "Os Fazendeiros" das Lagameças	Participação do Rancho Folclórico no Festival Nacional de Folclore, em Coruche	Cedência de autocarro para 45 pessoas	27/06/2026	€445,00
Total da estimativa de custos				€ 2.315,00

»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 11 – Atribuição de apoios financeiros ao movimento associativo cultural, desportivo e juvenil, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo

PROPOSTA n.º DCDJ_GA 03_08-26

«Considerando que:

- compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente constituídos, bem como apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outras de interesse municipal, nos termos do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, aprovada pela Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro;

- o Município de Palmela detém atribuições nos domínios da cultura, tempos livres, desporto e promoção do desenvolvimento, sendo competente para apoiar atividades de natureza desportiva e recreativa que contribuam para a promoção e generalização da prática física e desportiva, enquanto instrumento de melhoria da condição física, qualidade de vida e saúde dos cidadãos, nos termos das alíneas e), f) e m) do n.º 2 do artigo 23.º do RJAL;
- através da promoção do movimento associativo cultural, desportivo e juvenil, a autarquia contribui para o desenvolvimento de uma atitude participativa, responsável e inovadora, assumindo a prática desportiva e as atividades culturais como componentes estratégicas da política sociocultural municipal, desenvolvidas em parceria com as associações desportivas, juvenis, culturais e artísticas;
- a intervenção municipal tem como eixo estratégico o desenvolvimento sociocultural, com particular investimento no desporto e na cultura, sendo essencial valorizar a dinâmica associativa do concelho, atendendo à sua diversidade e especificidade, articulando a racionalização dos recursos disponíveis com a maximização das atividades promovidas pelas entidades associativas;
- no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo (RMAA), foram apresentadas candidaturas por parte do movimento associativo local, visando a concretização das suas atividades regulares, a aquisição de equipamentos e a execução de obras de conservação;
- em conformidade com o referido regulamento, as candidaturas foram analisadas com base nos critérios gerais de avaliação constantes no artigo 16.º, alíneas a) a r), tendo sido objeto de apreciação técnica e respetiva valoração, definindo-se os montantes a atribuir nos patamares correspondentes aos apoios à atividade, aquisição de equipamento e realização de obras de conservação;

propõe-se, sujeito à aprovação da 2ª Alteração Permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2026-2030, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º, e na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do RJAL, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, artigos 6.º, 46.º e 47.º, todos da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, que aprovou a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, bem como o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março, quando estejam em causa apoios sujeitos à celebração de Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo; e ao abrigo do disposto na alínea e), do n.º 2, do artigo 23.º, e das alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, ambos do RJAL, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para os restantes apoios; que a Câmara Municipal de Palmela aprove:

1. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados às atividades das associações culturais, no valor global de € 71.700,00 (setenta e um mil e setecentos euros):

Associação Cultural	Montante a atribuir
Associação Amigos da Festa Brava	600,00 €
Associação Amigos Juntos pela Orquestra Nova de Guitarras	3.700,00 €
Associação Bestensemble Academia de Arte	1.250,00 €
Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó	1.950,00 €
Associação Cultural e Recreativa Inspira & Atitude	3.350,00 €
Associação das Festas de Palmela – Festa das Vindimas	3.350,00 €
Associação das Festas de São Gonçalo	600,00 €
Associação do Círio dos Olhos de Água	900,00 €
Associação Musgo Azul	1.600,00 €
Associação Musical e Cultural Clarinetes de Santiago	1.600,00 €
Associação Sons Margem Sul	2.300,00 €
Cirio da Carregueira à Nossa Sr.ª da Atalaia	600,00 €
Cooperativa SVDH, CRL	1.950,00 €
Confraria da Sopa Caramela	3.000,00 €
Festas Populares de Pinhal Novo - Desenvolvimento e Cultura Local	2.650,00 €
Grupo Coral Ausentes do Alentejo	3.000,00 €
Grupo Desportivo e Cultural Ídolos da Baixa	900,00 €
Grupo Desportivo Recreativo Águias Aroeira	1.950,00 €
Grupo Desportivo e Recreativo Aireense	900,00 €
Grupo Folclórico Danças e Cânticos Olhos de Água	1.250,00 €
Grupo Motard Montanhão	800,00 €
Grupo Motard Preguiça Team	600,00 €
Grupo Popular Recreativo Cabanense	3.000,00 €
Motoclube de Pinhal Novo	2.650,00 €
Rancho Folclórico Cultural Danças e Cantares da Região do Forninho	800,00 €
Rancho Folclórico do Poceirão	1.600,00 €
Rancho Folclórico "Os Rurais" da Lagoa da Palha e Arredores	1.950,00 €
Rancho Folclórico Casa do Povo de Pinhal Novo	2.300,00 €
Sociedade de Recreio e Instrução 1.º de Janeiro	1.000,00 €
Sociedade de Recreio e Instrução 1.º de Maio - Asseiceira	1.950,00 €
Sociedade Filarmónica Humanitária	4.050,00 €
Sociedade Filarmónica Palmelense "Loureiros"	4.050,00 €
Sociedade Filarmónica União Agrícola	4.050,00 €
Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano	3.350,00 €
União Desportiva da Palhota	900,00 €
Virtudes Didáticas – Associação Recreativa	1.250,00 €
Total	71.700,00 €

2. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados à aquisição de equipamentos às associações culturais, no valor global de € 43.011,00 (quarenta e três mil e onze euros):

Associação Cultural	Montante a atribuir
Associação Amigos Juntos pela Orquestra Nova de Guitarras	1.912,00 €
Associação Bestensemble Academia de Arte	2.871,00 €
Associação das Festas das Vindimas	1.510,00 €
Associação Sons Margem Sul	2.841,00 €
Associação Teatro da Vila - ATVK	3.100,00 €
Associação Teatro Sem Dono	3.100,00 €

Bardoada – o Grupo do Sarrafo	1.775,00 €
Cooperativa de Educação Cultura e Bem Estar	550,00 €
Cooperativa SVDH, CRL	1.508,00 €
Confraria da Sopa Caramela	1.000,00 €
Festas Populares de Pinhal Novo - Desenvolvimento e Cultura Local	1.083,00 €
Grupo Desportivo Recreativo Aireense	690,00 €
Grupo Popular Recreativo Cabanense	1.220,00 €
Moto-Clube de Palmela	3.100,00 €
Motoclube de Pinhal Novo	1.798,00 €
Passos e Compassos - Associação para a Divulgação e Desenvolvimento das Artes do Espectáculo	1.200,00 €
PIA - Projectos de Intervenção Artística, CRL	2.983,00 €
Rancho Folclórico Casa do Povo de Pinhal Novo	260,00 €
Rancho Folclórico "Os Rurais" da Lagoa da Palha e Arredores	1.337,00 €
Sociedade de Recreio e Instrução 1.º de Maio	620,00 €
Sociedade Filarmónica Humanitária	3.100,00 €
Sociedade Filarmónica Palmelense "Loureiros"	1.860,00 €
Sociedade Filarmónica União Agrícola	122,00 €
Sociedade de Recreio e Instrução 1.º de Janeiro	353,00 €
Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano	1.108,00 €
Teatro dos Barris - Associação	398,00 €
União Desportiva da Palhota	790,00 €
Virtudes Didáticas	822,00 €
Total	43.011,00 €

3. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados à realização de obras de conservação das associações culturais, no valor global de € 26.105,00 (vinte e seis mil, cento e cinco euros):

Associação Cultural	Montante a atribuir
Bardoada – Grupo do Sarrafo	3.337,00 €
Cooperativa SVDH, CRL	3.400,00 €
Moto-Clube de Palmela	2.580,00 €
Motoclube de Pinhal Novo	3.400,00 €
PIA – Projectos de Intervenção Artística, CRL	3.372,00 €
Sociedade Filarmónica Humanitária	1.260,00 €
Sociedade Filarmónica União Agrícola	1.956,00 €
Sociedade Recreativa e Instrução 1.º Maio - Asseiceira	3.400,00 €
União Desportiva da Palhota	3.400,00 €
Total	26.105,00 €

4. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados às atividades das associações desportivas, no valor global de € 43.889,00 (quarenta e três mil, oitocentos e oitenta e nove euros), bem como as minutas dos Contrato-Programa (em anexo):

Associação Desportiva	Montante a atribuir
Associação Académica Pinhalnovense	2.300,00 €
ADBN - Associação Desportiva Bike & Nutrition	1.950,00 €
Associação Desportiva Palmelense	1.950,00 €

Associação de Jovens Os Caramelos	2.300,00 €
Arrábida Viva – Associação de Desporto e Natureza	600,00 €
Botafogo Futebol Clube	2.650,00 €
BTTascaduxico – Associação Desportiva e Cultural	900,00 €
Clube de Ciclismo D’Helvétia	1.539,00 €
Clube Desportivo Pinhalnovenso	3.700,00 €
Clube Desportivo e Recreativo Águas de Moura	1.250,00 €
Clube de Pesca em Kayak	600,00 €
Clube Target Renegade	1.600,00 €
Crucial Simplicity - Associação Desportiva	2.300,00 €
Fox Clube d’Palmela	2.650,00 €
Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz	2.300,00 €
Grupo Desportivo das Lagameças	2.650,00 €
Grupo Desportivo Valdera	1.250,00 €
Núcleo de Árbitros de Futebol de Pinhal Novo	1.250,00 €
Palmelense Futebol Clube	4.050,00 €
PinhalBike Team Associação Desportiva	900,00 €
Quintajense Futebol Clube	3.350,00 €
Simaa - Samurai International Martial Arts Association	600,00 €
Upper Score Associação Desportiva (USAD Palmela)	1.250,00 €
Total	43.889,00 €

5. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados à aquisição de equipamentos às associações desportivas, no valor global de € 22.219,00 (vinte e dois mil, duzentos e dezanove euros), bem como as minutas dos Contrato-Programa (em anexo):

Associação Desportiva	Montante a atribuir
Associação Desportiva Palmelense, SP	2.197,00 €
BTTascaduxico – Associação Desportiva e Cultural	664,00 €
Clube de Ciclismo D’Helvetia	479,00 €
Clube Desportivo Pinhalnovenso	5.677,00 €
Clube Target Renegade	813,00 €
Crucial Simplicity - Associação Desportiva	1.351,00 €
Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz	2.250,00 €
Grupo Desportivo das Lagameças	3.498,00 €
Judo Clube de Pinhal Novo	910,00 €
Quintajense Futebol Clube	2.973,00 €
Upper Score Associação Desportiva (USAD Palmela)	1.407,00 €
Total	22.219,00 €

6. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados à realização de obras de conservação das associações desportivas, no valor global de € 12.651,00 (doze mil, seiscentos e cinquenta e um euros), bem como as minutas dos Contrato-Programa (em anexo):

Associação Desportiva	Montante a atribuir
Clube Portais da Arrábida	2.568,00 €
Clube Target Renegade	400,00 €
Grupo Desportivo Valdera	3.107,00 €

Palmelense Futebol Clube	6.576,00 €
Total	12.651,00 €

7. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados às atividades das associações juvenis, no valor global de € 7.650,00 (sete mil, seiscentos e cinquenta euros):

Associação Juvenil	Montante a atribuir
Agrupamento 504 de Quinta do Anjo do Corpo Nacional de Escutas	1.300,00 €
Agrupamento 643 de Pinhal Novo do Corpo Nacional de Escutas	600,00 €
Associação de Jovens Os Caramelos	1.150,00 €
Associação Juvenil Odisseia	1.150,00 €
Associação Juvenil Os INdiferentes	1.150,00 €
Associação Juvenil Pode Ser Assim	850,00 €
Grupo 40 de Palmela da Associação de Escoteiros de Portugal	1.450,00 €
Total	7.650,00 €

8. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados à aquisição de equipamentos às associações juvenis, de € 3.830,00 (três mil, oitocentos e trinta euros):

Associação Juvenil	Montante a atribuir
Agrupamento 504 de Quinta do Anjo do Corpo Nacional de Escutas	980,00 €
Agrupamento 643 de Pinhal Novo do Corpo Nacional de Escutas	235,00 €
Associação de Jovens Os Caramelos	240,00 €
Associação Juvenil Adónia	280,00 €
Associação Juvenil Os INdiferentes	420,00 €
Associação Juvenil Pode Ser Assim	510,00 €
Grupo 40 de Palmela da Associação de Escoteiros de Portugal	1.165,00 €
Total	3.830,00 €

9. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados à realização de obras de conservação das associações juvenis, de € 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta euros):

Associação Juvenil	Montante a atribuir
Agrupamento 643 de Pinhal Novo do Corpo Nacional de Escutas	2.800,00 €
Grupo 40 de Palmela da Associação de Escoteiros de Portugal	6.650,00 €
Total	9.450,00 €

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - Código Orçamental: 07 01/04 07 01 - Código GOP: 2.5.1.06.001 - Código Orçamental: 07 01/08 07 01 - Código GOP: 2.5.1.06.005 - Código Orçamental: 07 01/04 07 01 - Código GOP: 2.5.2.04.001 | <ul style="list-style-type: none"> - Código Orçamental: 07 01/08 07 01 - Código GOP: 2.5.2.04.002 - Código Orçamental: 07 01/04 07 01 - Código do Plano: 2.5.1.08.006 - Código Orçamental: 07 01/08 07 01 - Código GOP: 2.5.1.08.007 |
|---|--|

»

Sobre a proposta Atribuição de apoios financeiros ao movimento associativo cultural, desportivo e juvenil, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, numerada DCDJ_GA 03_08-26, intervêm:

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** recorda que não conseguiu estar presente na reunião preparatória onde se discutiu a presente proposta, pelo que tem algumas dúvidas que coloca. Começa pela comparação dos valores dos apoios que existiram no ano de em 2025, onde o total de apoios atribuídos por atividade, aquisição e equipamentos e obras de conservação foram no total de 127.730 euros, sendo que, no ano de 2026, o valor proposto para as mesmas rubricas é de 240 mil euros, pelo que questiona o aumento para o dobro do valor. Solicita também esclarecimento pelo facto de, no ano de 2025, existir na mesma proposta uma rubrica de apoio logístico, transportes e cedência de equipamentos, para associações culturais, desportivas e juvenis, num total de 252.500 euros, sendo que não aparece na presente proposta qualquer atribuição a essa rubrica.

Relativamente à primeira questão a **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** esclarece que aprovaram as GOP – quem aprovou – com um aumento ao apoio ao movimento associativo, que é quase o dobro, porque consideram ser necessário atribuírem um reforço à atividade e ao trabalho que as próprias associações desenvolvem em prol da comunidade na área cultural, juvenil, desportiva e de recreio. Considera que o reforço do apoio ao movimento associativo é um sinal neste mandato. Quanto à segunda questão, solicita que o Sr. Vereador **Roberto Cortegano** a repita pois não entendeu.

O **Sr. Vereador** refere que na proposta de 2025, para além de existirem os apoios distribuídos às atividades, equipamentos e obras e conservação, da qual houve aumento que a **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** acabou de esclarecer que é o dobro, existia nos mesmos quadros uma outra rubrica com apoio logístico, transportes e cedências de equipamentos – tem digitalizada a proposta de 2025 -, onde o total era de 252.500 euros, situação que não tem qualquer referência na presente proposta.

Aproveita para mencionar que em relação ao esclarecimento à sua primeira questão, não existiu nenhum motivo específico, nem um caso único, pois o aumento é no geral e tratou-se de uma decisão política aumentar a verba para todos para praticamente o dobro.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** concorda. Quanto à segunda questão, esclarece que esses apoios não constam na presente proposta pois estão a ser atribuídos individualmente, tal como acontece com as propostas que foram aprovadas anteriormente.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** questiona se vão ver o total, como estava numa proposta no ano passado.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** responde que sim, pois é obrigação, de acordo com o regulamento municipal, informar as associações, cada uma *per si*, do valor total do apoio que a Câmara Municipal atribui em termos logísticos e de transporte, valor que poderá depois ser transmitido.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** menciona que nesse caso será por associação, mas não como anteriormente com um total anual de todas as associações.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** esclarece que só fazendo a soma total, para poderem depois partilhar essa informação.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria com os votos a favor da CDU, PS e CHEGA e a abstenção do PSD. Aprovado em minuta.

Departamento de Cultura, Desporto e Juventude

Gabinete de Desporto e Atividade Física

Pela **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 12 – Contrato-Programa de Desenvolvimento do Desportivo entre o Município de Palmela e o Judo Clube de Pinhal Novo

PROPOSTA n.º DCDJ_GDAF 01_08-26

«Considerando que:

- de acordo com o enunciado no n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro cabe ao Estado e às autarquias locais articularem e compatibilizarem as respetivas intervenções, direta ou indiretamente, no desenvolvimento da atividade física e no desporto, num quadro descentralizado de atribuições e competências;
- a intervenção municipal tem como um dos eixos estratégicos o desenvolvimento sociocultural, com investimento na educação, na cultura, no desporto, na juventude e na intervenção social;
- o Judo Clube de Pinhal Novo apresenta uma grande dinâmica no desenvolvimento do judo, sendo um dos principais parceiros da autarquia no Programa de Desenvolvimento do Judo no Concelho, e uma das principais referências do distrito ao nível da modalidade;
- a autarquia, no âmbito da sua política de apoio ao associativismo, aprovou em 2014 o atual Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo que consagra, entre outros aspetos, a possibilidade de apoio no âmbito de programas municipais;

e na sequência do pedido de apoio solicitado pelo Judo Clube de Pinhal Novo, substanciado na apresentação do

seu Programa de Desenvolvimento Desportivo, e sujeito à aprovação da 2.ª Alteração Permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2026-2030, propõe-se que, ao abrigo do disposto das alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º e da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como dos artigos 6.º, 46.º e 47.º, todos da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, que aprovou a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, bem como o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março, que veio estabelecer o regime jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, a aprovação do contrato-programa entre o Município de Palmela e o Judo Clube de Pinhal Novo, cuja minuta se anexa e faz parte integrante da presente proposta, que define os termos de cooperação entre as partes no âmbito da promoção e desenvolvimento do Judo, no qual o Município de Palmela atribui uma comparticipação financeira de € 3.000,00 (três mil euros).

Código Orçamental: 07 05/04 07 01
Código GOP: 2.5.2.03.003 - 2014 A 101»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Educação e Coesão Social

Pela **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 13 – Atribuição de apoios não financeiros às Associações/Escolas/IPSS, no âmbito dos Regulamentos Municipais de Apoio ao Associativismo e aos Projetos Socioeducativos

PROPOSTA n.º DECS 01_08-26

«Considerando que:

- compete à Câmara Municipal deliberar sobre os apoios a entidades legalmente constituídas e atividades de interesse social, educativo, conforme o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
- o Município de Palmela, tem atribuições no domínio da educação, ensino, saúde, formação profissional, e da promoção do desenvolvimento nos termos das alíneas d) g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º no âmbito do RJAL, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
- a autarquia, enquanto Município Educador, desenvolve políticas públicas que, de forma transversal, sublinham o papel da Educação na resposta às mudanças globais e no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030, para uma escola verdadeiramente inclusiva e transformadora, com oportunidades para todas/os;

- a autarquia, há longa data, reconhece nas associações de âmbito da saúde, social e educativo um parceiro fundamental na prossecução de uma intervenção qualificada e exemplar do ponto de vista da promoção da cidadania, da entreaajuda e da colaboração, mobilizadora da comunidade envolvente, valorizando o movimento associativo e contribuindo para o desenvolvimento do seu papel na comunidade, considerando-o estratégico para uma atitude participativa, inovadora e responsável;
- no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo (RMAA), foram apresentadas candidaturas pelo movimento associativo, as quais, uma vez analisadas, demonstraram cumprir os critérios definidos nas alíneas a) a r) do artigo 16.º do referido regulamento;
- no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio aos Projetos Socioeducativos (RMAPSE), foram apresentadas candidaturas, a apoio pontual, pelos Estabelecimentos de Educação e Ensino, as quais, uma vez analisadas, demonstraram cumprir os critérios definidos no n.º 3 do artigo 3.º e na alínea 5) do artigo 10.º do referido regulamento.

Propõe-se, ao abrigo do disposto nas alíneas d) g) e h,) do n.º 2, do artigo 23.º e na alínea u), do n.º 1 do artigo 33.º ambos do RJAL, que a Câmara Municipal aprove os apoios constantes dos quadros seguintes:

1. Apoios destinados a atividades das Associações/Escolas:

ENTIDADES	ATIVIDADE	APOIO A ATRIBUIR	DATA da ATIVIDADE	ESTIMATIVA de CUSTOS
EB José Saramago	Feira da Saúde	Cedência 1 Palco	22 abril	151,24€
Total da Estimativa de Custos				151,24 €

2. Apoios destinados a deslocações das Associações/Escolas:

ENTIDADES	ATIVIDADE	APOIO A ATRIBUIR	DATA da DESLOCAÇÃO	ESTIMATIVA de CUSTOS
EB Aires	Visita Estudo ao Pingo Doce, Palmela	Cedência de apoio em serviço de Transportes	28 maio	48,00€
Núcleo de Pinhal Novo da Liga dos Combatentes	Visita dos associados ao Alqueva – Centro N. Monsaraz	Cedência de apoio em serviço de Transportes	23 de maio	757,39 €
Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Pinhal Novo	Peregrinação Anual dos Dadores de Sangue - Fátima	Cedência de apoio em serviço de Transportes	23 de setembro	797,36€
Total da Estimativa de Custos				1 602,75€

»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Educação e Coesão Social

Divisão de Educação

Pela **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 14 – Carta Educativa do Concelho de Palmela 2025/2035

PROPOSTA n.º DECS_DE 01_08-26

«A Carta Educativa constitui, ao nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo da rede de edifícios e equipamentos educativos a implantar no território, em função das necessidades de educação e formação a satisfazer, visando a otimização dos recursos educativos, no quadro da evolução demográfica e do desenvolvimento socioeconómico do concelho.

Assim, e em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, foi elaborada a Carta Educativa do concelho de Palmela para o período 2025–2035, enquanto instrumento de planeamento estratégico municipal orientado para a promoção da igualdade de oportunidades educativas e da coesão social territorial. O documento estrutura-se em três componentes fundamentais: (i) enquadramento político, legislativo, teórico e metodológico; (ii) diagnóstico do concelho e (iii) definição de propostas de intervenção para o período de vigência (2025–2035), organizadas em quatro eixos — edifícios e equipamentos; ofertas educativas e formativas; promoção do sucesso escolar e redes educativas com todos e para todos.

Elaborada com base no guião orientador preconizado pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação, e em articulação com a política integrada do Município, bem como com as orientações regionais e nacionais, a Carta Educativa do concelho de Palmela obteve, em 23 de setembro, parecer favorável do Conselho Municipal de Educação e, em 11 de novembro, pronúncia favorável do referido Ministério.

Posteriormente, o documento foi apresentado ao executivo municipal, em reunião realizada a 10 de fevereiro, e aos líderes dos grupos municipais da Assembleia Municipal, em reunião realizada a 20 de fevereiro, tendo sido incorporados os contributos recolhidos nesses momentos, de natureza não substancial, que não alteram o conteúdo material objeto de parecer e pronúncia anteriormente emitidos.

Nestes termos, e ao abrigo do disposto no n.º 1, do artigo 14.º, do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, bem como na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que a Câmara Municipal de Palmela delibere submeter à Assembleia Municipal, para aprovação, a Carta Educativa do concelho de Palmela 2025–2035, que se anexa e faz parte integrante da presente proposta.»

Sobre a proposta Carta Educativa do Concelho de Palmela 2025/2035, numerada DECS_DE 01_08-26, intervêm:

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** afirma que, finalmente têm a aprovação a Carta Educativa do Concelho de Palmela. Refere que a atual Carta Educativa, pelo que percebeu está em vigor e data de há mais de 20 anos, de 2006, muito desatualizada e já não responde às necessidades atuais da população, pelo que não existe outra opção que passa por terem uma nova Carta Educativa. Transmite que nunca percebeu a demora para a elaboração da nova Carta Educativa e relembra que apesar da atual ter cerca de 20 anos, a agora apresentada esteve em elaboração pelo ISCTE, desde maio de 2024 e teria um prazo final em setembro de 2024. Recorda que o PSD defendeu, no seu programa autárquico, a elaboração de uma carta educativa que assentasse num processo participativo, técnico, político, capaz de articular os diversos níveis de decisão e os contributos da comunidade escolar, prometendo um planeamento educativo mais justo, eficiente, coerente com os desafios contemporâneos e com os princípios de uma educação de qualidade para todos. Realça que, da análise que fizeram do presente documento, parece-lhes que o mesmo que cumpre com os referidos requisitos, pelo que não têm nada a apontar. Nesse sentido, solicita que a Carta Educativa seja colocada em prática, esperando que não venha a ser apenas um documento técnico, mas sim um compromisso sério com e para a comunidade.

O **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** considera que Palmela merecia uma melhor Carta Educativa, facto que está relacionado com alguns dos contextos que não conseguiram consagrar na perspetiva de Carta Educativa a 10 anos. Refere que teve ocasião de estar nas duas sessões que foram realizadas de apresentação, quer na que só estiveram presentes os Vereadores e na que estiveram também os líderes de bancada da Assembleia Municipal. Agradece aos técnicos o trabalho que foi realizado, a apresentação e a honestidade intelectual que foi apresentada e colocada em cima da mesa aquando da mesma.

Transmite que o Partido Socialista apresentou uma série de sugestões, que foram contempladas na maior parte dos casos, situação que lhes dá algum conforto. No entanto, existem algumas características da Carta que continua a entender que poderiam ter tido outro tipo de tratamento – como o facto de estarem a trabalhar com o PDM antigo.

Refere que se trata de um documento com 255 páginas e partilha que, há muitos anos, lhe explicaram que, quando querem fazer um documento para que ninguém o leia, faz-se um grande documento, situação que é igual para as escolas quando os projetos seus educativos têm 320 páginas e ninguém lê, ou quando se questiona qual o tema do projeto educativo da escola e ninguém sabe, situação que acontece com 95% das pessoas.

Considera ser uma Carta Educativa muito baseada em perceções que, ao nível dos desígnios do concelho, parece-lhe faltar foco. Compreende que, na fase que se encontram, seria

completamente impossível e difícil colocar a questão da categorização das entrevistas, situação que permitiria perceber uma leitura global referente aos entrevistados e ao que o **Sr. Vereador Roberto Cortegano** afirmou ouvir das pessoas e dos intervenientes, que, no seu entender, seria gratificante e positivo para a Carta Educativa.

Observa que existem metas pouco tangíveis que devem ser a base de referência para a ação do Município no Eixo 3 da voz dos jovens e reitera que não tem lógica que exista um foco na audição dos jovens que frequentam o concelho e que, paralelamente, não haja uma Assembleia Municipal de jovens, situação que afirmou numa reunião de vereação. Dá nota que o Município de Sesimbra tem a Assembleia Municipal de jovens, desde o ano de 2005, pelo que considera que devem ter a noção que a audição e aquilo que realizam em função dela, tem de ser efetiva.

Refere que a Carta Educativa, numa fase mais global, menciona muito crianças e jovens e o território educador, que é construído por todos, adultos incluídos, pelo que considera que os mesmos ficam arredados da Carta Educativa. Transmite que o documento deveria falar mais de formação para emprego, para transformação de pessoal, para melhorar capacidades de cada um e do tecido empresarial, a coesão social e o combate à pobreza, que fica um pouco distante no seu entender. Observa que a pobreza se combate com a educação, com a formação e com inclusão efetiva.

Mais observa falta de um glossário na Carta Educativa, pois não podem ter um documento que menciona EEE – página 44 e AML – página 46. Menciona que têm de explicar, para quem vai ler o documento, o que é a “Educação Formal”, “Não Formal” e “Informal” e ter outro tipo de terminologia, que permita que os leitores consigam ter uma perceção exata do que estão a falar.

Refere que, sendo a Carta Educativa um instrumento de planeamento estratégico, que é obrigatório em Portugal, que define as redes de estabelecimentos de educação e ensino, permite uma gestão de recursos, otimizando os recursos educativos, que ao nível do ordenamento do território funciona como um documento complementar ao PDM (Plano Diretor Municipal), organizando os equipamentos escolares, a tomada de decisão que faz apoio aos municípios da decisão de construir, encerrar ou adaptar os estabelecimentos de ensino, que pretende promover a criação de Centros de Excelência, reordena a rede escolar e potencia o desenvolvimento social, económico e local, tem a noção que a Carta Educativa deve ser isso também. Contudo o processo de elaboração da Carta Educativa que assume, tal como afirma a **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho**, inequivocamente os três principais objetivos, deveria de ter algo mais na questão de determinação e da avaliação do grau de execução territorial das propostas da primeira geração face ao conjunto de expectativas inicialmente traçada para a atualidade, situação que não conseguiu encontrar.

Termina, referindo que vão votar favoravelmente, embora o documento fique a saber a pouco, pois considera que têm condição no território para terem uma perspetiva mais consistente daquilo que podem oferecer.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** concorda com a última parte da intervenção do **Sr. Vereador José Carlos Sousa** pois também “soube a pouco” às dirigentes e aos serviços, daí a menção do mesmo à honestidade intelectual dos dirigentes e da Sra. Vereadora que acompanhou a área da educação à data e da Sra. Vereadora que atualmente acompanha e que toma contato com a Carta Educativa, que considera que mereciam mais.

Esclarece que se tratou de uma prestação de serviços, adjudicada à Academia, um trabalho académico, que não podem adulterar por uma questão de direitos de autor.

Acompanha também a menção de que existe uma parte substancial da Carta Educativa que tem o foco em perceções, mas as mesmas não podiam deixar de existir e estarem patentes, pois está relacionado com as entrevistas que foram efetuadas a todo o grupo de agentes do território que foram ouvidos e auscultados. Considera que se revê nalgumas dessas perceções e que podem questionar se a Academia poderia ter efetuado um melhor trabalho, de maior tratamento e de interpretação, entre o que é efetivamente o território, o que é factual e a perceção de quem está de fora. Mais considera que também podem questionar se é correto fazê-lo, porque se trata das perceções reais das pessoas, pelo que não as podem adulterar. Deixa a dúvida para reflexão, acompanhando as reservas levantadas.

Concorda com a falta de um glossário.

Observa que importa salientar que a Carta Educativa tem – com as reservas que se referiram – um momento e um calendário de monitorização, onde serão feitos os ajustes que forem necessários.

Dá nota que, embora o documento seja extenso, está prevista a elaboração de um guia, numa forma resumida, para disponibilizar também de forma digital e ser mais perceptível a todos.

Realça que a Carta Educativa não é apenas uma responsabilidade da Câmara Municipal e que, quando se coloca a questão se a mesma é materializada e concretizada, através da leitura das fichas que a acompanham, consta em cada ação a responsabilidade de concretização, pelo que se trata de um trabalho conjunto.

Termina referindo que, como afirmou o **Sr. Vereador José Carlos Sousa**, são um território educador, onde existe a responsabilidade de todos, pelo que considera importante que todos leiam atentamente a Carta Educativa, pelo facto de terem uma parte de responsabilidade.

Neste momento a Sra. Diretora do Departamento de Educação e Coesão Social, Dra. Fernanda Rolo intervém, mas como não o faz ao microfone não é possível a sua transcrição.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** agradece o esclarecimento.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Educação e Coesão Social

Divisão de Intervenção Social e Saúde

Pela **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 15 – Atribuição de apoio financeiro às Associações da área social e da saúde, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo

PROPOSTA n.º DECS_DISS 01_08-26

«Considerando que:

- nos termos do disposto nas alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os municípios dispõem de atribuições nos domínios da saúde e da ação social, visando a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações;
- no âmbito dessas atribuições, o Município de Palmela reconhece nas associações da área da intervenção social e da saúde parceiros fundamentais na prossecução de uma intervenção qualificada, participativa, inovadora, responsável e exemplar, promotora da cidadania, da entajuda e da colaboração, mobilizadora da comunidade envolvente, valorizando o movimento associativo e contribuindo para o desenvolvimento do seu papel na comunidade e para a concretização de políticas públicas locais de coesão social e melhoria das condições de vida das populações;
- a intervenção municipal assume como um dos seus eixos estratégicos o desenvolvimento social, com investimento na dinâmica associativa, tendo em conta a sua diversidade e especificidade, numa perspetiva de articulação entre a racionalização dos recursos disponíveis e a maximização do impacto das atividades desenvolvidas;
- nos termos do disposto nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do RJAL, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes, bem como apoiar atividades de natureza social e de promoção da saúde;
- o Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo estabelece o enquadramento normativo aplicável à atribuição de apoios, definindo os respetivos critérios de apreciação, condições de elegibilidade e tramitação procedimental;

- no âmbito do referido regulamento, foram apresentadas candidaturas por entidades da área social e da saúde, tendo a análise técnica concluído pela sua elegibilidade e pelo cumprimento dos critérios de avaliação previstos no artigo 16.º do regulamento, designadamente quanto à relevância das atividades, impacto social, capacidade de execução e adequação financeira das candidaturas;
- os montantes propostos decorrem da apreciação das candidaturas, tendo em consideração a natureza das atividades, as despesas elegíveis, os objetivos prosseguidos e os princípios da adequação, proporcionalidade e boa gestão dos recursos públicos;

Propõe-se, ao abrigo do disposto nas alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º e nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do RJAL, que a Câmara Municipal delibere aprovar a atribuição de apoios às entidades e tipologias de apoio constantes do quadro seguinte, no montante global de € 3.243,91 (três mil duzentos e quarenta e três euros e noventa e um cêntimos).

ENTIDADES	APOIO À ATIVIDADE	APOIO À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	APOIO À REALIZAÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO	TOTAL
Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Pinhal Novo	1.450,00€	-	-	1.450,00€
Núcleo de Pinhal Novo da Liga dos Combatentes	750,00€	313,29€	730,62€	1.793,91€
Total do apoio	2.200,00€	313,29€	730,62€	3.243,91€

- Valor: 1.450,00€
Código Orçamental: 0603/040701
Código GOP: 2.2.1.02.001 – 2015 A 67
- Valor: 750,00€
Código Orçamental: 0603/040701
Código GOP: 2.3.2.01.001 – 2014 A 40
- Valor: 1.043,91€
Código Orçamental: 0603/080701
Código GOP: 2.3.2.01.002 – 2015 A 18»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A **Sra. Presidente** menciona que o período que se segue é destinado à intervenção do público e alerta para o Regulamento Geral de Proteção de Dados e a consequente autorização dos intervenientes para permitir a sua gravação e captação de imagem, desde que seja essa a sua vontade.

[Parte da ata só disponível para consulta na Câmara Municipal, mediante requerimento fundamentado, em virtude de poder conter informação sensível no âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados]

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezoito horas e cinquenta e sete minutos, a **Sra. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, redigi e também assino.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco